



R E L A T Ó R I O 2 0 1 5

DIRETORIA EXECUTIVA

Aristides Leite França

Diretor-Presidente

Eduardo Henrique Garcia

Diretor de Investimentos

Wilson Neves dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

Roberto de Carvalho Panisset

Diretor de Seguridade

Horácio de Oliveira

Diretor-Ouvidor

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Efetivos

Victor Albano da Silva Esteves - Presidente (até 19/12/2015)

Marcus Vinicius Vaz - Presidente (a partir de 20/12/2015)

Edson Franco Belga de Medeiros (até 15/10/2015)

Luiz Eduardo Borba Torres (a partir de 16/10/2015)

Luiz Roberto Bezerra (até 19/12/2015)

Consuelo Garcia (a partir de 20/12/2015)

Tania Vera da Silva Araujo Vicente

Nelson Bonifácio Pereira

Patrícia Melo e Souza

Membros Suplentes

Augusto Balparda de Carvalho (até 19/12/2015)

José Marcio Peralta (a partir de 20/12/2015)

Celso Antônio Guimarães (até 15/10/2015)

José Carlos do Valle Pires (a partir de 16/10/2015)

Luiz Carlos Abranches (até 19/12/2015)

José Augusto Ferreira de Moraes (a partir de 20/12/2015)

Ivan Cunha Mourão

Willy Corrêa Ramos

Luiz Antonio de Andrade Biancovilli

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Miguel Nunes do Nascimento Filho - Presidente até 31/03/2015

Adilson dos Santos Carreira - Presidente a partir de 01/04/2015

José Henrique da Costa (até 26/04/2015)

Carlos Roberto Ramos Borba (a partir de 27/04/2015)

José Luiz Oliveira Aguiar (até 26/04/2015)

Fernando Sergio Lopes Rosa (a partir de 27/04/2015)

Membros Suplentes

Carlos Henrique R. V. de Carvalho

Agildo da Silva Meireles

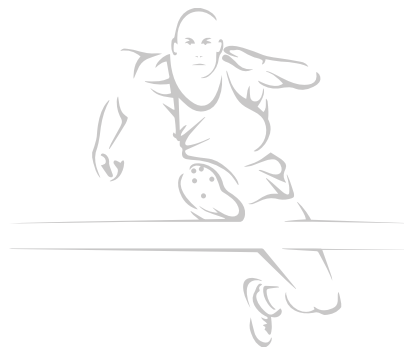
José Renato Costa de Oliveira (até 26/04/2015)

Sergio da Rocha Muniz (a partir de 27/04/2015)

Milton Ronaldo Uryn (até 26/04/2015)

Rodrigo Figueiredo Soria (a partir de 27/04/2015)

■ ■ ■ ■ ■ Sumário

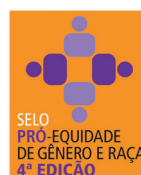


Parte I

Mensagem do Presidente	4
Destaques	6
Assistência à Saúde	10
Benefícios Previdenciários	14
Relacionamento com Participantes	22
Investimentos	26
Administração e Finanças	30
Responsabilidade Socioambiental	34

Parte II

Demonstrativos Contábeis	48
Resumos das Políticas de Investimento	57
Demonstrativos de Investimentos	65
Saúde	76
Pareceres Atuariais	78
Relatório dos Auditores Independentes	99
Aprovação das Demonstrações Contábeis	105
Outras Informações Relevantes	108



Um marco na história da Real Grandeza

A centralização da gestão dos planos de saúde dos empregados de Furnas e Eletronuclear constitui, sem dúvida, o fato mais relevante do ano de 2015 e, arrisco dizer, de toda a história da nossa Fundação.

Foram anos de estudo e preparação para assumir a administração de uma carteira de quase 50 mil vidas, o que leva a Real Grandeza a um novo patamar de operação. Ainda há ajustes a serem feitos em processos e sistemas, como no processamento de reembolsos, por exemplo, que precisa ser aprimorado. Mas estamos certos de que esse foi o melhor caminho possível para preservar a qualidade da cobertura e dos serviços de atendimento de saúde oferecidos aos beneficiários. Essa medida ganhou corpo por várias razões, mas teve como impulso fundamental o fato de Furnas não ter mais como manter um grande núcleo de gestão de saúde na sua estrutura organizacional, função tão distante de sua atividade-fim, em um período de ajuste geral de orçamentos e despesas no Setor Público.

As dificuldades econômicas vêm promovendo muitas mudanças no cenário. O ano de 2015 foi de muita turbulência e, evidentemente, a Real Grandeza não escapou aos efeitos da retração da economia. A combinação de inflação e juros altos – somada a um cenário internacional instável – trouxe volatilidade à Bolsa de Valores e ao mercado financeiro, afetando particularmente o segmento dos fundos de pensão. Encerramos 2015 com uma rentabilidade positiva, mas insuficiente para alcançar as metas de retorno previstas para os planos



previdenciários. Como medida defensiva, as Políticas de Investimentos dos Planos BD e CD para 2016 já trazem uma forte redução das posições em ações. Uma exposição mínima, mas o suficiente para colher os resultados de uma possível melhora do cenário em 2017.

Mesmo em meio à crise, a Real Grandeza efetuou ajustes na estrutura dos Planos BD e CD, de modo a preservar seus fundamentos e o equilíbrio atuarial dos planos. Ainda em 2015, a Diretoria Executiva da Real Grandeza propôs e o Conselho Deliberativo aprovou um novo regulamento para o Plano CD, mais ajustado ao novo cenário da Previdência Complementar no país.

Ao longo desses anos, mesmo nos períodos de conjuntura econômica desfavorável, o desempenho da Real Grandeza sempre superou a média de mercado. Embora 2016 continue sinalizando instabilidades, podemos dizer que nos preparamos para enfrentar os momentos difíceis e que estamos trabalhando para minimizar o impacto negativo da crise econômica, revendo orçamento, otimizando custos, priorizando projetos.

Vencidas essas dificuldades, a Real Grandeza está pronta para retomar sua trajetória de equilíbrio. Os fundamentos dos nossos planos são sólidos, temos uma governança de investimentos que é referência de mercado e adotamos algumas estratégias que, tenho convicção, nos ajudarão a ultrapassar mais esse período desafiador.

Aristides Leite França
Diretor-Presidente

■ ■ ■ ■ ■ Destaques

Saúde agora é com a Real Grandeza

Após uma série de estudos, iniciados pela diretoria de Seguridade em 2008, em maio de 2015 houve a migração da carteira de saúde dos empregados de Furnas para a Real Grandeza. O mesmo ocorreu no início de 2016 com o plano dos empregados ativos da Eletronuclear, uma vez que a assistência à saúde dos assistidos já estava sob a responsabilidade da Fundação.

Foi uma decisão criteriosa, baseada em pareceres de mais de uma consultoria externa e nas conclusões de um grupo técnico de trabalho, criado em 2011, que envolveu todas as partes interessadas: Após-Furnas, Asef, Real Grandeza e Furnas. Todas as hipóteses possíveis foram avaliadas, inclusive a alternativa de contratar um plano de mercado. No entanto, rapidamente se constatou a ausência de uma opção que garantisse as mesmas coberturas oferecidas pelos mesmos preços. Concluiu-se, então, pela manutenção do modelo de autogestão, mas com a administração centralizada na Real Grandeza.

No que diz respeito a coberturas e demais aspectos relacionados às modalidades dos planos de assistência à saúde, nada mudou. A alteração fundamental se refere aos processos operacionais e às possibilidades que se abrem para instituir novos controles, racionalizar custos e manter o equilíbrio dos planos, o que, no médio prazo, poderá ter reflexos positivos nas mensalidades praticadas. Nos últimos tempos, o maior desafio vinha sendo o de manter o equilíbrio entre receitas e despesas de modo a minimizar os impactos dos reajustes, decorrentes da inflação médica – sempre superior aos índices oficiais – e do aumento do uso do plano. A mudança trouxe novas responsabilidades para a Real Grandeza e, com elas, a perspectiva de fortalecer ainda mais os serviços de assistência à saúde, trazendo mais segurança e bem-estar para todos.

Período desafiador para os investimentos

O ano de 2015 foi marcado por um quadro econômico conturbado, com juros elevados, para fazer frente à elevação da inflação, PIB negativo, forte desvalorização do Real, contração da renda, incertezas no campo político e problemas fiscais. Apesar deste



quadro bastante adverso, a Real Grandeza registrou rentabilidade positiva em todos os seus planos. Porém, não foi possível superar a meta de investimentos estabelecida para o ano. Com a inflação em dois dígitos em 2015 e a taxa de juros muito elevada, os índices de referência dos Planos CD e BD, atrelados aos índices inflacionários e à taxa de juros, foram superiores à rentabilidade atingida pelas aplicações dos recursos.

Apesar dos desafios, a Real Grandeza continua inserida entre as 10 maiores entidades fechadas de previdência complementar no Brasil, com patrimônio de, aproximadamente, R\$ 12 bilhões.

A gestão dos ativos dos planos previdenciários da Real Grandeza se baseia nos princípios de sustentabilidade, segurança, governança, transparência e liquidez. Apesar do resultado pouco satisfatório de 2015, no longo prazo a rentabilidade acumulada do patrimônio continua acima dos indicadores estabelecidos, o que contribui para o cumprimento dos compromissos atuariais da Real Grandeza.

Planos previdenciários

Ao longo de 2015, os planos previdenciários geridos pela Real Grandeza passaram por ajustes, com o objetivo de preservar o equilíbrio atuarial e, ao mesmo tempo, adequar os fundamentos dos planos, tornando-os sólidos o suficiente para assegurar o cumprimento dos compromissos presentes e futuros de pagamento de aposentadorias e pensões. Nesse contexto, as equipes da Real Grandeza efetuaram mudanças em metodologias de cálculo do Plano CD, dando novo tratamento à parte de benefícios de risco do plano. Desenharam também um novo regulamento, ainda em análise, que traz regras mais flexíveis e adequadas às práticas de mercado. O Plano BD, por sua vez, também passou por alterações, ficando estabelecido que o percentual de custeio será definido anualmente, após as avaliações atuariais, permitindo ajustes pontuais em função da conjuntura e do comportamento das premissas que norteiam a definição do percentual de custeio.

Destaques

Atendimento pessoal reforçado

Em 2015, a Real Grandeza instalou novos postos de serviços nas áreas regionais e no prédio da administração central da patrocinadora Furnas, inaugurado em novembro e localizado no térreo do Edifício Prisma. Este último posto oferece os mesmos serviços prestados pela Gerência de Relacionamento com o Participante (GRP), que fica no edifício-sede da FRG e trata de assuntos relacionados à previdência, empréstimo pessoal, saúde e cadastro, entre outros. Nas áreas regionais, a maior parte dos postos da Real Grandeza já está funcionando com um atendente e um assistente social, a fim de prestar esclarecimentos e orientações sobre procedimentos relacionados aos planos de saúde e demais benefícios da Fundação, sempre com o apoio da Central de Relacionamento com o Participante. Nesse caso, incluem-se os postos de atendimento de Foz de Iguaçu, Vitória, Estreito, Goiânia, Itumbiara e Marimbondo. As unidades de Brasília e Mogi estão em fase de seleção de profissionais de serviço social.

Pelo fim da intolerância

No fim de novembro, a Real Grandeza recebeu, em Brasília, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República a organizações que desenvolvem ações voltadas à igualdade de direitos entre mulheres e homens no trabalho. A Real Grandeza já está inscrita na 6ª edição do Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens, mulheres, negros e deficientes no ambiente de trabalho; combater todas as formas de intolerância nas instituições, nas organizações públicas e privadas, por meio do desenvolvimento cotidiano de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.



Educação Financeira e Previdenciária

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Real Grandeza, “De Olho no Futuro”, objetiva ampliar o conhecimento sobre os planos administrados pela entidade.

Além das matérias sobre o assunto, publicadas a cada dois meses nas edições regulares do Jornal da Real Grandeza, enviado a todos os participantes, o Programa distribui também duas publicações eletrônicas: “Gestão dos Investimentos” e “Economia em Dia” pelo site e por e-mail. Com linguagem simples e de fácil entendimento, o boletim “Gestão dos Investimentos”, traz, semestralmente, informações sobre aplicações e resultados dos investimentos. Já o “Economia em Dia” circula a cada dois meses, levando dicas importantes para o leitor entender e acompanhar o comportamento do mercado financeiro e os impactos decorrentes nas finanças pessoais.

Ainda no âmbito do Programa, a Fundação realizou palestras para participantes e assistidos no auditório da patrocinadora Furnas, com transmissão simultânea pela intranet para as áreas regionais, e outras em Angra dos Reis, Estreito, Franca, Itumbiara, Marimbondo e Usina de Furnas, reunindo mais de 380 participantes nesses locais.

Unificação da gestão na Real Grandeza

Em 1º de maio de 2015, a Real Grandeza assumiu a operação do Plano de Assistência à Saúde dos colaboradores da patrocinadora Furnas, conforme aprovação do Projeto de Unificação da Gestão da Saúde na Real Grandeza, por meio da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 9734/91 entre as empresas.

Nesse contexto, foram criadas a Gerência de Benefícios de Saúde (GBS) e a Gerência de Operação de Saúde (GOS). Além disso, foi contratada pela Real Grandeza uma empresa especializada para dar suporte à gestão dos planos de saúde, por meio de digitação, processamento das contas médico-hospitalares e odontológicas, reembolsos e operação da central telefônica de autorização, regulação e atendimento a beneficiários e prestadores de serviços da rede credenciada.

Outra ação implementada foi a continuidade do credenciamento da rede de prestadores da patrocinadora Furnas. Atualmente, a Real Grandeza conta com mais de 3.100 prestadores de serviços credenciados e o trabalho de credenciamento continua, com o objetivo de aumentar ainda mais a oferta de atendimento aos beneficiários. Para garantir o atendimento nas localidades onde ainda não há rede própria suficiente, a Real Grandeza realizou convênios de reciprocidade com a Unimed e a Cassi.

Para suprir a demanda nas áreas regionais, facilitando o acesso dos beneficiários, a Real Grandeza implantou, a partir de novembro de 2015, Postos Avançados em Brasília, Estreito, Foz do Iguaçu, Goiânia, Itumbiara, Marimondo, Mogi das Cruzes e Vitória. Além disso, foi instalado um Posto Avançado no Escritório Central de Furnas, no Rio de Janeiro.

Em agosto de 2015, a patrocinadora Eletronuclear, por meio da assinatura de convênio com a Real Grandeza, aprovou a transferência da gestão do Plano Médico Assistencial de seus colaboradores. A operação foi iniciada em 1º de janeiro de 2016 e, desta forma, a carteira administrada pela Real Grandeza recebeu mais 7.500 vidas.



Para entender o processo de mudança

Em agosto de 2014, Furnas e Real Grandeza consolidaram as bases para a Unificação da Gestão dos Planos de Assistência à Saúde, que administravam separadamente. Pelo lado de Furnas, pesava o compromisso empresarial de concentrar-se em sua missão, voltada para a expansão da produção e a transmissão de energia elétrica, sem, no entanto, descuidar da assistência à saúde dos empregados e de seus dependentes.

Pelo lado da Real Grandeza, foram assumidos compromissos mais abrangentes, como preservar um plano diferenciado em qualidade e cobertura; racionalizar e aperfeiçoar processos, de forma a otimizar custos e reduzir o impacto da escalada de preços da saúde, um problema que afeta a todas as operadoras; e continuar a oferecer os melhores serviços aos beneficiários. A decisão foi tomada após três anos de estudos, coordenados por um grupo de trabalho formado por representantes das diretorias de Furnas, da Real Grandeza e integrantes das entidades representativas de participantes e assistidos, com suporte técnico das Gerências de Saúde de Furnas e da Real Grandeza. O projeto contou, ainda, com o apoio de empresas especializadas, com destaque para a inglesa AON Hewitt, líder mundial em gestão de riscos, seguros e consultoria. Ao fim dos trabalhos, concluiu-se pela manutenção dos planos na modalidade de autogestão e pela centralização da administração na Real Grandeza.

Assistência à Saúde

● Evolução da Quantidade de Beneficiários do Plames





● Fundos e Patrimônio

○ Evolução dos Fundos	Dez/2009	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014	Dez/2015
Patrimônio	94.247	111.264	102.828	114.864	94.402	100.235	108.382
Fesp (Fundo Especial)	45.355	59.691	45.191	59.304	33.762	28.364	31.287
Fundos	48.893	51.572	57.637	55.560	60.640	71.871	77.095

Valores em R\$ mil

○ Evolução dos Fundos	Dez/2009	Dez/2010	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014	Dez/2015
Fundo de Assistência Médica	26.071.555	23.148.623	25.359.050	11.387.355	20.950.654	25.775.730	25.568.022
Reserva de Contingências	14.482.215	18.037.429	20.483.121	28.031.871	25.186.825	29.251.964	32.698.698
Resultado Operacional	48.892.785	51.572.196	57.636.572	55.560.278	60.640.324	71.871.288	77.094.981
Fesp (Fundo Especial)	45.354.504	59.691.444	45.191.228	59.303.992	33.761.734	28.364.077	31.287.433

Resultado Operacional Final	94.247.289	111.263.641	102.827.800	114.864.270	94.402.058	100.235.366	108.382.414
------------------------------------	-------------------	--------------------	--------------------	--------------------	-------------------	--------------------	--------------------

Valores em R\$

■ ■ ■ ■ ■ Benefícios Previdenciários

Período de ajustes nos Planos BD e CD

Os Planos BD e CD encerraram 2015 com desequilíbrios, motivados por atualização de parâmetros atuariais e também pelo cenário econômico adverso. A Real Grandeza terá que desenvolver planos para equacionamento dos déficits segundo as novas regras da Previc. O órgão regulador adotou, em 2015, uma medida que, em resumo, permite tratar a questão do déficit ou do superávit, ambas consideradas situações de desequilíbrio, de maneira individualizada. Até então, as regras eram as mesmas para todo o setor. Agora, leva-se em consideração a condição de cada plano. No caso da Real Grandeza, tanto o Plano BD quanto o Plano CD têm fundamentos sólidos e estão ajustados no que diz respeito a questões como o aumento da longevidade. Os desequilíbrios decorrem da conjuntura desfavorável e da conduta conservadora na gestão do passivo atuarial. E isso será levado em conta na definição de prazo e forma de equacionamento dos respectivos déficits.

Diagnóstico do Plano CD

A Diretoria Executiva da Real Grandeza criou o Grupo de Trabalho Permanente do Plano CD com o objetivo de avaliar possíveis melhorias estruturais aplicáveis ao Plano. A primeira medida efetiva foi a redução da taxa administrativa. Devido ao aprimoramento da metodologia de cálculo, a Contribuição Complementar, destinada ao financiamento das despesas administrativas do Plano CD, foi reduzida, passando de 10,26% para 6,56%, em abril de 2015 (incidente sobre a Contribuição Básica).

Ainda em razão da nova metodologia, parte da rentabilidade projetada para o Fundo Administrativo em 2015, acrescida da sobra da Contribuição Complementar arrecadada no ano anterior, foi alocada à despesa administrativa estimada para o ano, resultando em redução do percentual. O novo índice beneficiou os participantes, uma vez que o valor da contribuição regular da patrocinadora, depositado no saldo de conta individual, foi maior.

Já a Contribuição Específica, que é a parcela da contribuição das patrocinadoras destinada ao financiamento do benefício mínimo e do saldo projetado, foi alterada de 0,72% para 0,85%. Essa contribuição é definida anualmente, por meio de cálculos atuariais, variando de acordo com as probabilidades de morte e invalidez e com a expectativa de vida dos participantes.



Novos Produtos

Em 2015, foram desenvolvidos e aprovados nas instâncias internas dois novos planos previdenciários. O primeiro, da modalidade de Contribuição Definida, destina-se a atender aos participantes do Plano BD cujos benefícios estão limitados a um teto (“tetados”). O segundo é voltado para Instituidores, a ser ofertado a sindicatos, cooperativas, associações e órgãos de classe, aberto também a dependentes dos participantes.

Modernização do Plano CD

A Real Grandeza aprovou, no período, uma série de melhorias para o Plano de Contribuição Definida (CD), com o objetivo de modernizar e flexibilizar os seus benefícios e adequá-los ao cenários previdenciário e econômico atuais, bem como às mudanças relativas ao aumento da expectativa de vida e à perspectiva de queda da taxa real de juros no Brasil. Essa iniciativa é fundamentada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 109/2001, que permite alterar o Regulamento para adequá-lo a novas condições e cenários. As mudanças no Regulamento do Plano CD visam atender, principalmente, os seguintes objetivos:

- Alteração da base de cálculo do Benefício de Risco – Saldo Projetado – substituindo o Salário de Contribuição pelo Salário Real de Benefício, a fim de refletir com mais fidedignidade o salário do participante, além de garantir menos oscilação em relação a projeções atuariais;
- Extensão do pagamento da Pensão por Morte para os “pais” do participante na ausência de beneficiários; reconhecimento presumido dos filhos menores como beneficiários, por ocasião da concessão do benefício de pensão por morte; e extensão dos benefícios a companheiros do mesmo sexo;
- Flexibilização do prazo para escolha dos percentuais contributivos, que poderá ser alterado duas vezes ao ano, em vez de uma única vez;

■ ■ ■ ■ ■ Benefícios Previdenciários

- Flexibilização na forma de pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, quais sejam (subitens do texto proposto: 7.2.1, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”):
 - Benefício por prazo determinado: o prazo máximo para recebimento do benefício passou de 25 anos para 30 anos
 - Benefício por Percentual de Saldo: o percentual mínimo permitido passou de 0,8% para 0,1%
- Criação de nova opção de renda em moeda corrente
- Previsão no valor do Resgate da parcela de até 60% das contribuições da patrocinadora, conforme tempo de contribuição do participante, nos percentuais detalhados abaixo:

<u>5 anos</u>	<u>10%</u>
<u>6 anos</u>	<u>20%</u>
<u>7 anos</u>	<u>30%</u>
<u>8 anos</u>	<u>40%</u>
<u>9 anos</u>	<u>50%</u>
<u>10 anos ou mais</u>	<u>60%</u>

- Previsão do Perfil de Investimentos
- Previsão de cobrança da Contribuição Complementar – taxa de administração – para assistidos e participantes ativos e autopatrocinados suspensos
- Previsão de cobrança de Contribuição Extraordinária: destinada ao custeio de déficits, conforme previsto na legislação

As alterações propostas somente serão implementadas após a aprovação das patrocinadoras e dos órgãos governamentais.



Novo Plano de Custeio do Plano BD

Os benefícios de aposentadoria concedidos exclusivamente aos ex-colaboradores de Furnas, entre os anos de 2010 e 2014, foram calculados inicialmente sem as diferenças salariais referentes a dissídio, horas-extras e adicionais, em função de problemas na implantação do sistema SAP de Furnas, em 2010. Essa dificuldade na geração das informações salariais foi superada pela patrocinadora em outubro de 2014 e, desde então, a Real Grandeza desenvolveu esforços para revisar os referidos benefícios.

Todos os benefícios foram ajustados às bases corretas, com pagamento de diferenças desde a Data de Início de Benefício (DIB), devidamente atualizadas pela variação da Unidade de Benefício (UB) do Plano.

Programas de desligamento das patrocinadoras

Em 2011, a patrocinadora Furnas lançou o seu programa de desligamento, conhecido como PREQ. Em 2014, foi a vez de a Eletronuclear divulgar o seu Plano de Sucessão Programada dos Empregados da Eletrobras Eletronuclear – PSPE. Em paralelo, foram iniciados os Programas de Preparação para Aposentadoria – PPA, com a participação da Real Grandeza, que realizou palestras sobre Previdência, Saúde e Empréstimo Pessoal nas diversas áreas das duas empresas, no âmbito do programa de Educação Financeira e Previdenciária da Real Grandeza, “De olho no futuro”.

O PREQ de Furnas foi encerrado em dezembro de 2014, com 1.717 aposentadorias; e o PSPE da Eletronuclear foi concluído em dezembro de 2015, com 439 aposentadorias concedidas.

Novas regras da Previdência Social

O que mudou para a aposentadoria

A Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015, permitiu a opção de não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social, quando a soma da idade e do tempo de contribuição do segurado for de 85 e 95 pontos (denominada regra 85/95) para a mulheres e homens, respectivamente.

■ ■ ■ ■ ■ Benefícios Previdenciários

A nova regra estabeleceu, também, uma progressividade do número de pontos necessários (85/95) para aposentadoria, a partir de 2018, até 2026, conforme quadro a seguir:

	Mulher	Homem
Até 30 de dezembro de 2018	85	95
A partir de 31 de dezembro de 2018	86	96
A partir de 31 de dezembro de 2020	87	97
A partir de 31 de dezembro de 2022	88	98
A partir de 31 de dezembro de 2024	89	99
A partir de 31 de dezembro de 2026	90	100

Assim, quem requereu esse benefício a partir de 18 de junho de 2015 já teve a aposentadoria concedida sem a incidência do fator previdenciário, o que trouxe relevante melhoria no patamar dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Pensão por morte

A principal alteração trazida pela lei nº 11.135, de 17 de junho de 2015, diz respeito à duração do benefício de pensão por morte concedido aos cônjuges e companheiros. A partir da nova lei passam a valer as seguintes regras:

DURAÇÃO DE 4 MESES, A CONTAR DA DATA DO ÓBITO:

Se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha realizado 18 contribuições mensais à Previdência ou se o casamento ou união estável se iniciou em menos de dois anos antes do falecimento do segurado;

DURAÇÃO VARIÁVEL CONFORME A TABELA ABAIXO:

Se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 contribuições mensais pelo segurado e pelo menos dois anos após o início do casamento ou da união estável, ou se o óbito decorrer de acidente de qualquer natureza, independentemente da quantidade de contribuições e tempo de casamento/união estável.

Idade da pensionista	Duração da Pensão
Menos de 21 anos	3 (três) anos
Entre 21 e 26 anos	6 (seis) anos
Entre 27 e 29 anos	10 (dez) anos
Entre 30 e 40 anos	15 (quinze) anos
Entre 41 e 43 anos	20 (vinte) anos
Com 44 ou mais anos	Vitalícia



PARA O CÔNJUGE INVÁLIDO OU COM DEFICIÊNCIA:

O benefício será devido enquanto durar a deficiência ou invalidez, respeitando-se os prazos mínimos descritos na tabela da página ao lado.

Normativos da PREVIC publicados em 2015 (com evolução técnica e normativa)

Resoluções

RESOLUÇÃO CNPC Nº 23, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera a Resolução CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003, estabelecendo regras de aplicação exclusiva aos planos de benefícios instituídos por instituidor;

RESOLUÇÃO CNPC Nº 22, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e o Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, estabelecendo novas regras para destinação de superávit e equacionamento de déficit;

RESOLUÇÃO CNPC Nº 21, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Altera o art. 5º da Resolução nº 19, de 30 de março de 2015, do Conselho Nacional de Previdência complementar, estabelecendo novas regras para certificação de Diretores e Conselheiros;

RESOLUÇÃO CNPC Nº 19, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Alterada pela Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015. Dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar;

RESOLUÇÃO CNPC Nº 18, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Altera a Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002, estabelecendo novas regras para os planos Instituídos, permitindo a adesão de dependentes dos filiados (vínculo indireto);

RESOLUÇÃO CNPC Nº 17, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a contratação de seguro para planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Revoga a Resolução CGPC nº 10, de 30 de março de 2004.

Benefícios Previdenciários

Instruções normativas

INSTRUÇÃO PREVIC Nº 23, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário;

INSTRUÇÃO PREVIC Nº 20, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Classifica as entidades fechadas de previdência complementar em perfis, para fins de supervisão no âmbito da Previc;

INSTRUÇÃO PREVIC Nº 19, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA PREVIC Nº 708, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a forma e prazo de envio das informações para apuração da duração do passivo referida na Resolução nº 18, de 28 de março de 2006 e do ajuste de precificação referido na Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008;

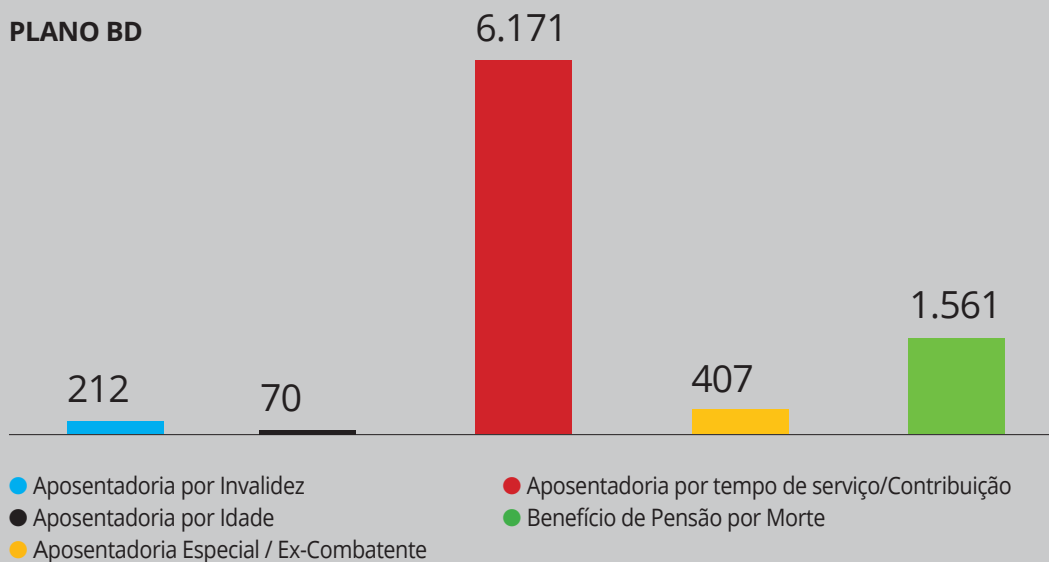
PORTARIA PREVIC Nº 699, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o prazo para elaboração e aprovação dos planos de equacionamento de déficit, com base nos resultados referentes ao exercício de 2014.

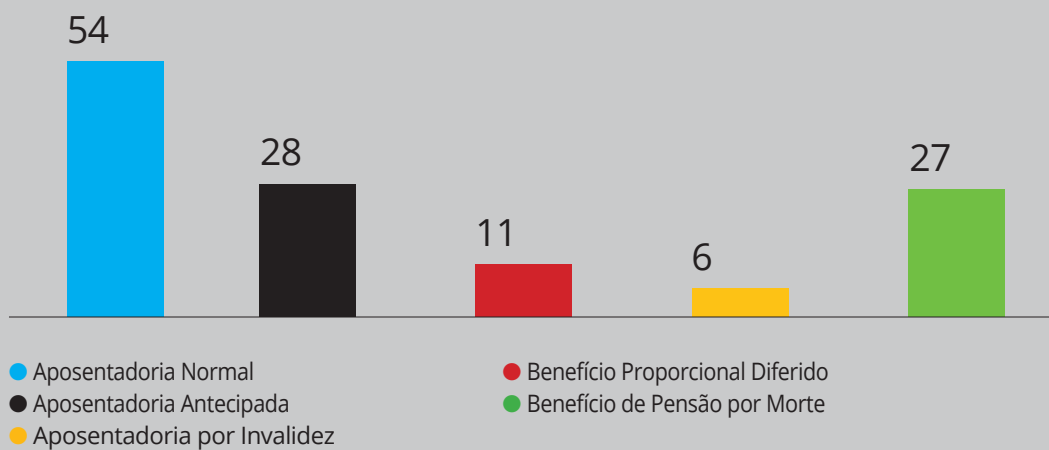


● Benefícios em Manutenção - Dezembro de 2015

PLANO BD



PLANO CD



■ ■ ■ ■ ■ Relacionamento com Participantes

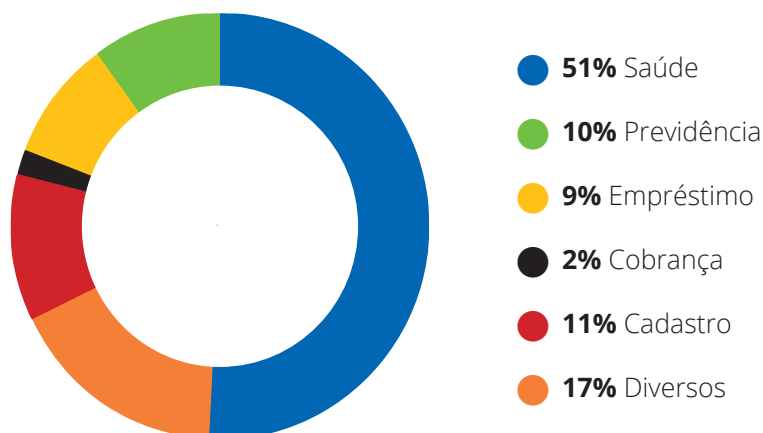
Demanda crescente por informações

Ao longo de 2015, foram realizados 189.841 atendimentos, o que representa um crescimento de mais de 40% em relação ao ano anterior.

Atendimentos por canal

Classificação	Total
Atendimento Pessoal	43.579
Atendimento Telefônico	66.792
Correspondência	21.524
E-mail	57.423
Fax	245
SMS	278
Total	189.841

Principais assuntos tratados



Empréstimo Pessoal

Em 2015, a carteira de Empréstimo Pessoal contava com 4.685 contratos ativos e um total de R\$ 307,2 milhões de saldo devedor.

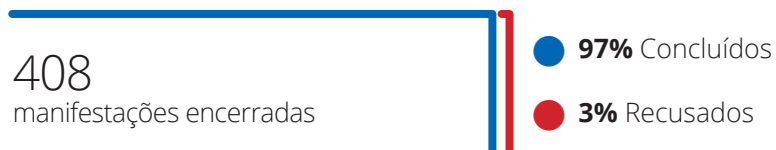
Ouvidoria

O ano de 2015 foi intenso para a Diretoria de Ouvidoria, considerando o processo de centralização da gestão dos planos de saúde de Furnas na Real Grandeza. A Ouvidoria atuou sobre as demandas recebidas com foco na melhoria de processos, contribuindo para assegurar a qualidade dos serviços.

No primeiro semestre do ano, a Diretoria de Ouvidoria passou por auditoria interna, cujo principal objetivo foi recomendar a adequação dos controles internos e dos procedimentos utilizados na gestão das manifestações recebidas. A partir de então, foi criado um Módulo Normativo da Ouvidoria, que estabelece os procedimentos a serem adotados no tratamento das manifestações e as responsabilidades de cada área envolvida para a sua resolução.

A Ouvidoria registrou, no período, 568 atendimentos, dos quais 72% foram concluídos e 28% ficaram pendentes. Do total das 408 manifestações encerradas, 97% foram concluídas com êxito, sendo 3% recusadas por inconsistência no pedido ou ausência de conformidade com as normas específicas.

Atendimentos

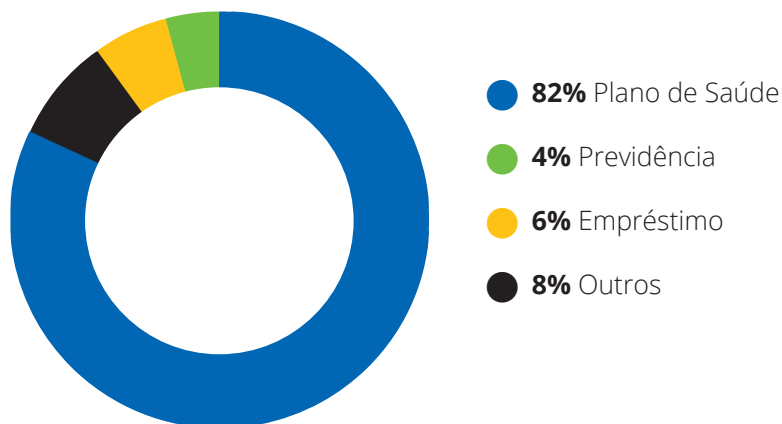


■ ■ ■ ■ ■ Relacionamento com Participantes

O atendimento telefônico voltou a ser o canal mais utilizado pelos participantes e assistidos, totalizando 52% dos contatos, seguido do atendimento presencial (24%), do e-mail (21%) e de correspondências (3%).

No exercício de 2015, assim como nos anos anteriores, o assunto Plano de Saúde foi o mais abordado, respondendo por 82% dos atendimentos da Ouvidoria. O Empréstimo Pessoal correspondeu a 6% das manifestações, seguido dos Planos Previdenciários (4%) e assuntos variados (8%).

Manifestações por assunto





Cenário Econômico e Mercados: ambiente desfavorável

O cenário econômico brasileiro em 2015 foi bastante difícil para as empresas, os consumidores e os formuladores de política econômica, o que representou grande desafio para os gestores de carteiras. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou contração de 3,8% em relação a 2014, conforme dados preliminares do IBGE. O PIB industrial recuou 6,2% e, o de serviços, 2,7%. A taxa de desemprego subiu de 4,3%, em 2014, para 6,9%, em 2015, de acordo com a pesquisa mensal de emprego do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indicadores de confiança também sofreram deterioração, comprometendo de forma negativa os novos investimentos e o horizonte para a economia nacional: o índice de confiança do consumidor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2015, registrou o menor nível desde o início da série, em 2005; o índice de confiança do comércio também recuou para o menor nível da série; o índice de confiança da indústria foi o menor desde a crise internacional de 2008.

Apesar da atividade econômica fraca, os índices que medem a inflação apresentaram forte aceleração: o INPC subiu para o nível mais alto, em doze anos (11,28% em 2015); o IGP-DI também ficou acima de dois dígitos, com alta de 10,68%. Diante do aumento da inflação, o Banco Central deu continuidade ao ciclo de alta de juros iniciado em 2014. A meta para a taxa básica de juros da economia (Selic) subiu de 11,00%, no início do ciclo, para 14,25%, o maior nível desde 2006. A combinação de atividade econômica fraca com inflação alta e taxa de juros mais elevada deteriorou a percepção de risco do Brasil, levando ao rebaixamento do *rating* soberano pelas agências internacionais.

Paralelamente, o cenário econômico externo não contribuiu de forma relevante para atenuar as condições econômicas nacionais. As economias desenvolvidas continuaram em recuperação, com destaque para os Estados Unidos, porém, em ritmo moderado e ainda sujeito a algumas incertezas. A economia da China, importante parceiro comercial do Brasil e grande demandante de *commodities*, continuou em desaceleração. Nesse contexto, as exportações brasileiras recuaram 15% em comparação a 2014. As condições de liquidez no cenário internacional sofreram pressões distintas: de um lado, os EUA continuaram retirando, progressivamente, os estímulos monetários, tendo inclusive elevado sua taxa de juros e, de outro, o Banco Central Europeu prosseguiu com seu programa de expansão de



liquidez. Nesse ambiente, o fluxo de capitais internacional migrou para os EUA, gerando um movimento natural de valorização do dólar face a outras moedas. No Brasil, esta tendência foi acentuada pelas condições desfavoráveis da economia interna.

O cenário econômico interno fraco e frágil, associado ao menor crescimento da economia chinesa e à migração do capital para os EUA gerou efeitos perversos nos mercados brasileiros, sobretudo na Bolsa de Valores. O índice IBrX (índice de referência deste segmento) caiu 12,4%. As taxas de juros subiram, gerando oportunidades, mas também impactando negativamente os títulos de Renda Fixa marcados a mercado. Em um cenário de inflação alta, os gestores de ativos tiveram que enfrentar o desafio de gerar ganho real em um ambiente dentre os mais desfavoráveis dos últimos anos.

Desempenho em 2015

A queda das cotações das principais commodities no mercado externo, como minério de ferro, também contribuiu para o conturbado quadro vivenciado pelos mercados financeiros em 2015.

Planos da FRG - Rentabilidades 2015

	Rentabilidade (%)	Metas (%)	
Plano BD	4,87	17,40	INPC + 5,5%
Plano CD	1,72	16,79	INPC + 5,5%
Fundos Assistenciais (Saúde)	10,22	13,27	Selic
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	7,19	13,27	Selic

Apesar do período bastante crítico, a Real Grandeza registrou rentabilidade positiva nas carteiras de investimentos de todos os seus planos. Entretanto, não foi possível superar a meta de investimentos estabelecida para o ano, tendo em vista que os indicadores de inflação, que compõem os índices de referência dos planos, alcançaram os níveis

Investimentos

mais altos dos últimos doze anos e superaram a rentabilidade atingida pelas aplicações dos recursos, conforme pode ser observado no quadro anterior.

O agravamento da crise doméstica, sobretudo nos últimos meses do ano, influenciou negativamente o desempenho do segmento de Renda Variável, que encerrou 2015 com percentual próximo à variação negativa do índice IBrX. Neste segmento, a Real Grandeza possui uma pequena parcela do patrimônio em gestão externa, correspondente a 0,75% do total dos recursos do Plano BD, e 0,55% do CD, conforme contemplado nas Políticas de Investimentos.

O cenário adverso, por outro lado, também gerou oportunidades, particularmente no segmento de Renda Fixa. A Real Grandeza realizou investimentos em títulos públicos do Governo Federal de longo prazo, adquirindo papéis com taxas de retorno mais altas que as metas dos planos previdenciários.

A gestão dos ativos dos Planos da Real Grandeza está pautada nos princípios de sustentabilidade, governança, transparência e liquidez, que estão registrados em nossos documentos e manuais internos. Apesar do resultado de 2015 ter sido inferior às metas, a rentabilidade acumulada dos planos no longo prazo continua acima dos indicadores estabelecidos, o que contribui para o cumprimento dos compromissos de pagamento de benefícios previdenciários da Fundação.

Investimentos

Considerando um horizonte de tempo mais longo, o retorno acumulado dos investimentos da Real Grandeza se mantém acima das metas. Entre 2006 e 2015, a rentabilidade consolidada acumulada dos investimentos da Real Grandeza atingiu 239,4%, índice superior às metas estabelecidas dos planos. A rentabilidade do Plano BD avançou 241,0% e, a do CD, atingiu 204,0%.

Em 2015, a distribuição dos recursos investidos nos planos de benefícios foi próxima da prevista nas alocações estratégicas das Políticas de Investimentos. Algumas alterações de posição em Renda Variável nos Planos BD e CD e no Plano de Gestão Administrativa (PGA) são decorrentes de oscilações de preços ocasionais, ou para aquisições de títulos públicos federais.

Na composição da carteira de ações dos planos, destacam-se: a redução da posição em ativos expostos ao setor de *commodities*, como petróleo e minério de ferro, e, em



contrapartida, a elevação das posições em papéis mais defensivos, de ações de exportadoras e de empresas do setor de energia.

A Real Grandeza realizou, no segmento de Renda Fixa, investimentos em títulos públicos do Governo Federal de longo prazo: Notas do Tesouro Nacional com vencimentos em 2050 e 2055 (NTN-Bs) e com vencimentos em 2021 e 2025 (NTN-Fs), nos três planos. No total, foram investidos no Plano BD mais de R\$ 731 milhões em NTN-B e R\$ 130 milhões em NTN-F.

No Plano CD, foram R\$ 129 milhões em NTN-B e R\$ 30 milhões em NTN-F. No PGA, foram R\$ 15 milhões em NTN-B e R\$ 6,6 milhões em NTN-F. Estas alocações foram realizadas nos momentos em que as remunerações destes ativos eram superiores às metas atuariais e/ou de investimentos dos planos.

No segmento de Investimentos Estruturados, os Planos BD e CD mantiveram as suas alocações globais de capital comprometido, equivalentes a 4,5% do patrimônio total, ficando estável no período.

Todas as movimentações realizadas nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, incluindo os preços de negociação e sua comparação com as médias de mercado, estão disponíveis no endereço eletrônico da Real Grandeza (www.frg.com.br), com uma defasagem de três meses, na seção “Relatórios Financeiros”.

Governança dos Investimentos

O foco na Governança está presente em todo o processo de Gestão de Investimentos da Real Grandeza. Neste sentido, ao longo dos últimos anos, foram elaborados diversos Manuais que contemplam critérios detalhados para realização de investimentos por segmento. Em 2015, foram revistos e aperfeiçoados o Manual de Diretrizes do Processo de Investimentos da Real Grandeza e o Manual de Sustentabilidade dos Investimentos.

Visando dar mais transparência e informação aos participantes e assistidos, a Real Grandeza também elabora dois informativos: o boletim “Economia em Dia”, cujo objetivo é apresentar em linguagem objetiva diversos temas relacionados ao mercado financeiro e noções de administração de finanças pessoais, distribuído bimestralmente; e o boletim “Gestão de Investimentos”, de periodicidade semestral, que informa, de forma simples e transparente, o desempenho das carteiras de investimentos dos planos administrados pela Real Grandeza.

Papel relevante no planejamento e controle de projetos

A área de Administração e Finanças tem como atribuição principal dar suporte ao desenvolvimento de atividades e processos internos. Ao longo de 2015, foi intenso o trabalho das equipes vinculadas à Diretoria, em razão da centralização da gestão dos planos de saúde de Furnas e Eletronuclear na Real Grandeza. O Escritório de Projetos (PMO) teve papel relevante no processo de migração dos planos, como instrumento de planejamento e controle da operação.

Embora as questões relacionadas à gestão de saúde tenham concentrado a maior parte das atenções durante o ano, a área de Administração e Finanças apresentou 95 Propostas de Resolução de Diretoria (PRDE), mantendo a média de quase duas por reunião da Diretoria Executiva, com propostas, sugestões e normativos para apreciação e deliberação do colegiado.

Através do seu Gabinete e de suas Gerências, a Diretoria de Administração e Finanças (DA) executou e participou de diversas atividades que promoveram melhorias na organização, seja em relação a processos, controles ou custos. Coordenou e participou de diversos Comitês e Grupos de Trabalho Interdiretoriais, cujas principais realizações são descritas a seguir.

COMITÊ DE RECURSOS HUMANOS

- Desenvolvimento, implantação, execução e acompanhamento do 4º Programa de Remuneração Variável (RV) da Real Grandeza
- Elaboração das Metas para o Programa de Remuneração Variável 2016, em conjunto com as suas Gerências

COMITÊ EXECUTIVO DE APOIO AO PROJETO DE UNIFICAÇÃO DA SAÚDE

- Como membro do Comitê, atuou como facilitador dos processos ligados à sua Diretoria DA, buscando agilizar o alcance dos objetivos específicos do Projeto

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – CSI

Elaboração do Plano de Ação 2015, que incluiu:

- Revisão da Política de Tecnologia e Segurança da Informação
- Política de Privacidade para os beneficiários do Plano de Saúde



- Política de Confidencialidade para os prestadores e operadores do Plano de Saúde
- Definição do SLA (nível de serviço) e SLM (matriz de responsabilidade) junto aos agentes do novo Sistema de Saúde
- Lançamento da Cartilha de Segurança da Informação

Comitê Permanente Consultivo de TI para avaliar as demandas da Diretoria Executiva

Principais Realizações

Atendimento a todas às pendências registradas no sistema de controles internos, bem como atendimento a recomendações das Auditorias, Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva.

FINANÇAS/TEOURARIA

- Em outubro de 2015, A Real Grandeza passou a emitir e postar todos os boletos bancários gerados pelo Sistema de Cobrança por meio do Banco Bradesco. No mesmo período, a Gerência de Finanças unificou a emissão das Cartas de Cobrança, passando a enviar correspondência única para usuários do Empréstimo Pessoal e dos planos de saúde, o que se reverteu em economia anual de R\$ 28,8 mil , aproximadamente
- Revisão dos Normativos de: Adiantamento e Prestação de Contas; Cobrança e Renegociação de Dívidas
- Em abril, houve implantação de novo processo de pagamento, utilizando o Net Empresa e não mais o Pagfor, trazendo mais agilidade ao processo
- Movimentação financeira anual de aproximadamente 1 bilhão de reais

CONTABILIDADE

- Adequação do Sistema Contábil em razão da centralização da gestão dos planos de saúde dos empregados de Furnas e da Eletronuclear
- Treinamento da equipe e demais gerências envolvidas com o processo de saúde, por meio de empresa de auditoria e consultoria especializada em saúde

■ ■ ■ ■ ■ Administração e Finanças

RECURSOS HUMANOS

- Recrutamento e seleção de 60 profissionais, sendo cinco do quadro próprio; 21 externos; seis estagiários; sete do programa Jovem Aprendiz; e 21 terceirizados
- Revisão do Módulo Normativo de Progressão e Promoção; elaboração de Instrução Normativa de Abono; acompanhamento e revisão do Módulo Normativo de Disciplina
- Processo de *coaching* com 10 sessões para todas as lideranças da casa: gerentes, assistentes de diretoria e diretores executivos
- Elaboração e implantação do Programa de Ambientação para novos colaboradores
- Execução de dois módulos do Programa de Capacitação de Certificação do ICSS, com foco nos profissionais certificados, por meio do Instituto IDEAS
- Execução de módulo do Programa de Capacitação dos colaboradores.

CONSULTORIA.

- Concessão de auxílio de pós-graduação para quatro colaboradores
- Programa de Encontro de Estagiários
- Execução e acompanhamento das Metas de Remuneração Variável 2015 e participação na elaboração das Metas para 2016; Revisão do Plano de Carreira e Remuneração – PCR, com finalização da primeira fase, relacionada a requisitos de acesso, tabela salarial, programa de sucessão, critérios de remuneração do cargo gerencial, avaliação de desempenho e gestão de pessoas
- Criação do Banco de Horas
- Participação na Pesquisa Salarial Abrapp/Hay Group
- Suporte para palestra de Segurança da Informação
- Suporte na condução da divulgação no Novo Código Ética
- Coordenação do Comitê de Recursos Humanos, bem como de todos os projetos sob sua condução
- Coordenação das reuniões gerenciais de Recursos Humanos
- Execução e Acompanhamento do 5º Ciclo de Avaliação de Desempenho
- Participação nas Comissões Técnicas Regional Sudeste e Nacional de Recursos Humanos da Abrapp
- Execução e acompanhamento do Programa de Exame Periódico Anual de todos os colaboradores da Real Grandeza
- Coordenação, Execução e Acompanhamento da Campanha de Vacinação para toda a força de trabalho da Real Grandeza e seus dependentes
- Coordenação do Grupo de Trabalho que definiu a escolha da empresa vencedora do certame referente ao Projeto de Revisão de Estrutura, Processos e Rateio das Despesas Administrativas



ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

- Contratação de leiloeiro oficial para venda de 19 apartamentos localizados no Edifício Parque das Palmeiras, em Angra dos Reis (RJ). Cinco unidades foram vendidas
- Revisão do Módulo Normativo de Aquisição
- Revisão do Módulo Normativo de Viagens e Despesas em Serviço no País e Exterior
- Substituição dos portões de acesso à recepção e garagens do edifício-sede da Real Grandeza
- Execução do Projeto de Ampliação das instalações da Gerência de Operação de Saúde, com a aquisição e montagem de 28 postos de trabalho e de um posto gerencial
- Execução do Projeto de Ampliação das instalações da Gerência de Relacionamento com o Participante, com aquisição e montagem de 12 postos de trabalho, instalação elétrica para dados e voz em substituição a oito postos anteriores, com ampliação do espaço de atendimento telefônico na Central
- Descarte responsável de produtos eletrônicos sem condições de reparo

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Realização de serviços de retaguarda (*back-office*) para garantir a estabilidade de projetos
- Implantação da infraestrutura de sistemas para atendimento do projeto de centralização da gestão de saúde (desktop, Portal, acesso remoto, gerenciamento 24X7)
- Implantação de infraestrutura de datacenter e acesso para usuário final, prestadores e usuários externos (aplicativos e gerenciamento de identidade)
- Execução da primeira parte do projeto de reestruturação da rede interna da Real Grandeza
- Troca do *switch core*
- Início da primeira fase de implantação da rede sem fio
- Implantação de *service desk* para atendimento das demandas da saúde
- Elaboração de Projeto de Otimização da Infraestrutura
- Elaboração de Projeto de E-mail em Nuvem.

A Real Grandeza no contexto da Sustentabilidade

A Real Grandeza vem disseminando a cultura do investimento responsável, preservação do meio ambiente e do respeito à diversidade de gênero e raça, procurando consolidar uma política estruturada de ações voltadas à sua inserção responsável e participativa no contexto social brasileiro, aprimorando suas relações com a comunidade e ajustando-se às melhores práticas de gestão.

Práticas de Gestão

A Real Grandeza adota as seguintes práticas de gestão:

- Instituiu sua Política de Responsabilidade Socioambiental em janeiro de 2015
- É associada ao COEP- RJ – Rede Nacional de Mobilização Social desde 2004
- É signatária do Carbon Disclosure Project – CDP desde 2006
- Instituiu seu Programa de Consciência Ecológica e Social em 2007
- Participa da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da ABRAPP desde 2008
- Acompanha o perfil de seu Corpo Funcional desde 2009
- É signatária dos Princípios para o Investimento Responsável – PRI desde 2009
- Participa do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2009 e conquistou o Selo do Programa nas 3ª, 4ª e 5ª edições
- Criou e utiliza Manual de Critérios de Avaliação Socioambiental dos Investimentos desde 2012
- Aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres e da ONU em 2012



■ ■ ■ ■ ■ Responsabilidade Socioambiental

Destaques

Programa de Consciência Ecológico-Social

Criado em maio de 2007, o programa tem contribuído para conscientizar os colaboradores e formar multiplicadores de práticas de preservação do meio ambiente. Com o slogan: "Evite o desperdício! a natureza agradece! Pequenas ações podem salvar o planeta!", a iniciativa contabiliza os seguintes resultados: desde a implantação até 2015, o programa arrecadou e destinou à ONG Doe Seu Lixo quase 32 toneladas de recicláveis. Isso significa que a Real Grandeza contribuiu para preservar:

Árvores	551 unidades
Água	2.772 m ³
Energia	113.531 kWh
CO ₂ neutralizado	de 97.290 g a 441.167 g

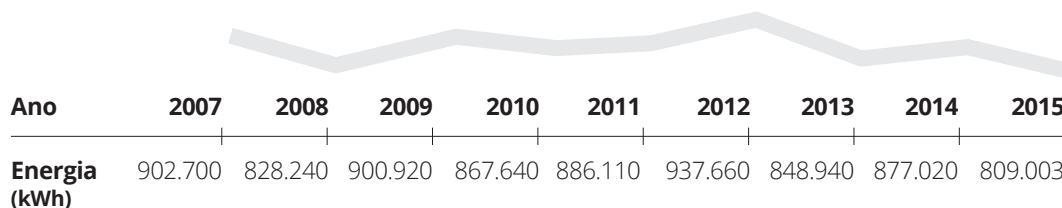
Fonte: Doe Seu Lixo

Campanha 4 Rs – Reciclar, Reutilizar, Reduzir e Recusar

A campanha orienta ações do dia a dia, como utilizar as escadas para descer ou subir até dois andares, apagar as luzes, reduzir o uso de papel, imprimindo somente o necessário e em modo econômico, reciclar os papéis em desuso, evitar o desperdício de água, entregar os cartuchos de impressora vazios à Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e doar o óleo de cozinha usado em suas residências.

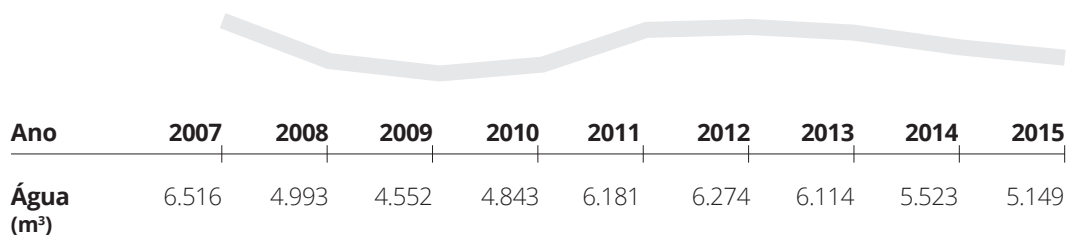
Resultados da campanha

ENERGIA



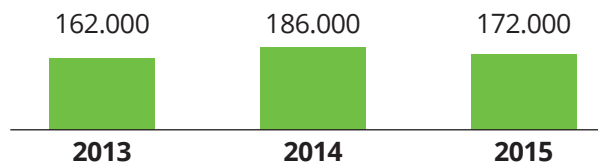


ÁGUA



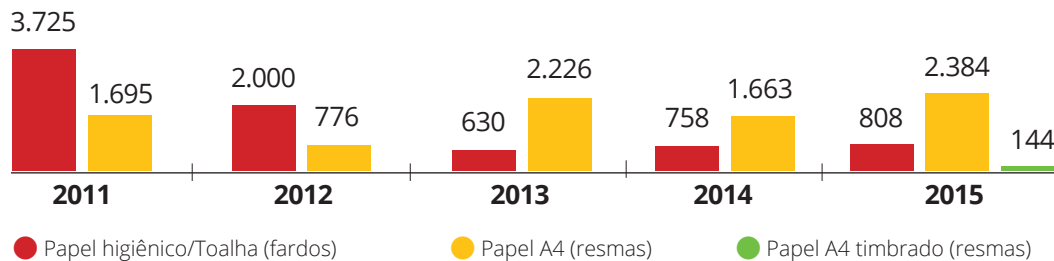
O consumo de água também foi reduzido, sendo o menor nos últimos cinco anos.

COPOS PARA ÁGUA



Por meio da campanha “Adote um Copo”, houve uma redução de 7,5% no consumo dos copos descartáveis, equivalente a 14 mil unidades, entre 2014 e 2015.

PAPEL



Os volumes mais elevados de consumo nos anos ímpares são atribuídos, em parte, aos processos eleitorais realizados pela Real Grandeza. A campanha Reduza o Uso de Papel será intensificada em 2016.

Responsabilidade Socioambiental

Coleta de óleo de cozinha usado

Na FRG, desde 2007 o óleo coletado é armazenado em bombonas, localizadas no andar G2 do edifício-sede, e recolhido por empresa especializada em reciclagem de óleo vegetal. Essa doação, além de contribuir para a conscientização e preservação do meio ambiente, viabiliza empregos. A Real Grandeza foi uma das entidades pioneiras no projeto de coleta de óleo de cozinha usado. Em 2015, foram coletados e doados 85 kg de óleo.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

A Real Grandeza recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça na quinta edição do programa. O selo é concedido pela Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República a organizações que desenvolvem ações voltadas à igualdade de direitos entre mulheres e homens no mundo do trabalho. O Diretor-Ouvidor, Horácio de Oliveira, e as colaboradoras Raquel Castelpoggi e Luiza Ferreira, ambas responsáveis pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental da entidade, representaram a Real Grandeza na cerimônia de entrega do Selo e do troféu.

A Real Grandeza participa do programa desde 2009 e foi contemplada com o selo na terceira, quarta e quinta edições. A Fundação já está inscrita na sexta edição do Pró-Equidade de Gênero e Raça para o período 2016-2018.

Em 2015, as seguintes ações foram destaque no Programa Pró-Equidade da Real Grandeza:

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Real Grandeza, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, promoveu, no dia 20 de março, no auditório do seu edifício-sede, a palestra “Uso do tempo - Divisão Sexual do Trabalho no Espaço Doméstico”, com a professora Luciene Medeiros, doutora em Serviço Social pela PUC-RJ. Na mesma data, houve apresentação do grupo Real em Cena, com o espetáculo “Consciência Financeira Já É!!!”, escrito por Édio Nunes e Raquel Castelpoggi.



OFICINA E PALESTRA - ENFRENTAMENTO AO RACISMO

A Real Grandeza promoveu, no mês de abril, oficina e palestra sobre “Enfrentamento ao Racismo”, com o professor e ex-assessor especial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Lopes Cardoso. O evento foi voltado para o público interno e teve como objetivo ampliar as discussões sobre as razões das desigualdades e seu impacto no desenvolvimento da sociedade.

Em maio, a Real Grandeza promoveu o debate “O Diálogo e as pontes sobre Equidade, Sexismo e Preconceito(s)”, com a professora associada da UFRJ Tania Maria Carvalho Netto, mestre em Educação pela UFRJ e doutora em Sociologia pela USP.

PRÁTICA DE CAPACITAÇÃO NA CADEIA DE RELACIONAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO

Em julho, foi realizado, no auditório do edifício-sede da Real Grandeza, um evento para 35 terceirizados com o tema “Equidade na Realidade”, com debates sobre equidade de gênero, racismo, sexismo e preconceitos, em geral. Na ocasião, foi exibido o DVD do espetáculo “O Gabinete”, com o grupo Real em Cena.

LEI MARIA DA PENHA

Em comemoração aos nove anos da Lei Maria da Penha, no dia 7 de agosto, o Comitê Gestor de Gênero e Raça da Real Grandeza afixou cartazes nos corredores do edifício-sede para sensibilizar os colaboradores sobre a importância do tema. A entidade promove, regularmente, diversas ações, como oficinas, teatro e palestras, com o objetivo de engajar não só os seus colaboradores como também participantes, assistidos e fornecedores nas iniciativas em prol da equidade de gênero no ambiente de trabalho.

CAMPANHA DOS 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Na Real Grandeza, a campanha teve início no dia 20 de novembro, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. A iniciativa envolve 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, uma mobilização educativa e de massa, que luta pela erradicação deste tipo de violência e pela garantia dos Direitos Humanos.

Responsabilidade Socioambiental

SALA DE ALEITAMENTO

A Real Grandeza dispõe, desde janeiro de 2013, de uma sala exclusiva de apoio à coleta e armazenamento de leite materno. Um espaço tranquilo e com toda a infraestrutura necessária para que as mães possam, no fim do expediente, levar para casa e oferecer o leite materno para o bebê, sem interromper o processo de aleitamento. A sala está disponível para uso das colaboradoras da Real Grandeza e empresas circunvizinhas como Furnas, Caefe, Cecemef, Após-Furnas e Asef.

Programa Saúde e Qualidade de Vida

O programa tem por objetivo de esclarecer e orientar sobre formas de prevenção, controle e cuidado de doenças, buscando a melhoria da qualidade de vida e da saúde do quadro funcional da entidade, com conseqüente redução do absenteísmo.

Ações realizadas em 2015

OUTUBRO ROSA

O movimento nasceu nos Estados Unidos, na década de 1990, para estimular a participação da população no controle do câncer de mama. A data é celebrada anualmente com o objetivo de compartilhar informações sobre a doença e promover a conscientização sobre a importância da sua identificação precoce.

NOVEMBRO AZUL

Colaboradores da Real Grandeza e do grupo de teatro “Real em Cena” demonstraram seu apoio à campanha mundial Novembro Azul, que busca conscientizar os homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico do câncer de próstata em sua fase inicial.



■ ■ ■ ■ ■ Responsabilidade Socioambiental

Programa Cultura, Lazer e Informação

GRUPO DE TEATRO REAL EM CENA

Criado em 1998, o grupo de Teatro Real em Cena, integrado por aposentados de Furnas, empregados da Real Grandeza e atores profissionais voluntários, é um dos mais importantes projetos de voluntariado do Programa de Responsabilidade Sociambiental. Com apresentações em escolas, hospitais, empresas, asilos e comunidades carentes, o Grupo encena espetáculos infantis e adultos que tratam da importância da preservação do meio ambiente, reciclagem, doação de sangue, prevenção DST/AIDS e equidade. Entre 2009 e 2015, o Real em Cena levou cultura, lazer e informação para mais de cinco mil pessoas. Em 2015, os Espetáculos mais encenados foram:

“Consciência Financeira Já é!” – apresenta personagens alegóricos e farsescos tais como: Serasa, Empréstimo, Juros, Cheque Especial, entre outros, que apimentam mais ainda o conflito do personagem Odileny, que sofre da síndrome incondicional do devedor eterno. Este espetáculo compõe o Programa de Crédito Consciente da Real Grandeza.

“Te Cuida Mané! Homem que se cuida não perde o melhor da vida” – trata de questões relacionadas à saúde e ao bem-estar do homem, que muitas vezes não se preocupa com a realização de exames e consultas médicas, ao contrário do que, geralmente, ocorre com as mulheres.

“Te Amo Amazônia” – aborda a questão do desmatamento da Floresta Amazônica e seus impactos na fauna e na flora.



Responsabilidade Socioambiental

Programa de Mobilização Social e Promoção da Cidadania

CAMPANHA MC DIA FELIZ 2015 NA REAL GRANDEZA

A Fundação Real Grandeza apoiou, pela 17ª vez, a campanha promovida pelo Instituto Ronald McDonald, cujo objetivo é beneficiar milhares de crianças e adolescentes portadores de câncer, doenças crônicas e suas demandas decorrentes.

PRODUTOS DE PROJETOS SOCIAIS

A Real Grandeza recebe produtos feitos com material reciclado, como garrafas pet, produzidos por crianças da Comunidade Tabajaras, localizada em Botafogo, Zona Sul do Rio, bem como produtos institucionais da Casa Ronald McDonald, de apoio à criança com câncer, para repasse aos seus colaborados, participantes e assistidos.

COMUNIDADES SANTA MARTA E TABAJARAS

A Real Grandeza está presente na Comunidade do Morro Santa Marta, em Botafogo, desde 2002, e na Comunidade do Morro dos Tabajaras, em Copacabana, desde 2009, prestando assistência periódica a crianças, idosos, vítimas de AVC e deficientes. A Fundação atua como agente facilitador, por meio de sua equipe de voluntários, formada por colaboradores, participantes e assistidos.

FEIRA DE PROJETOS SOCIAIS

Em dezembro de 2015, a Feira de Projetos Sociais da Real Grandeza, realizada desde 2008 na sede da Fundação, expôs produtos artesanais e acessórios customizados. O projeto tem como objetivo gerar renda para artesãos e cooperativas de comunidades ligadas a projetos sociais apoiados pela Real Grandeza - Projeto Anjos da Seara, da Comunidade Tabajaras; e Cooperativa de artesãos de Farmanguinhos.



XIV GINCANA DA SOLIDARIEDADE NATAL PELA VIDA

Foram arrecadados mais de 512 litros de água mineral para doação a vítimas do desastre ambiental em Mariana (MG), destinados aos moradores de Governador Valadares, município também afetado pelo acidente.

Outras Ações

SEMINÁRIO DE SUSTENTABILIDADE

A Real Grandeza sediou o Seminário “A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil”, que reuniu representantes de entidades fechadas de previdência complementar e especialistas internacionais, no dia 3 de setembro, no Auditório do Espaço Cultural de Furnas. Promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e organizado pela Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade, o evento, em sua sexta edição, teve como novidade a entrega do 1º Prêmio Abrapp de Sustentabilidade, uma iniciativa da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Abrapp, que visa a reconhecer as melhores práticas adotadas nas áreas ambiental, social, econômico-financeira e de governança no âmbito do setor.



Demonstrativos, pareceres e outros

1 Demonstrativos Contábeis

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
		2015	2014	2015	2014	
ATIVO			PASSIVO			
DISPONÍVEL		447	1.891	EXIGÍVEL OPERACIONAL	65.226	40.149
REALIZÁVEL		12.184.679	12.239.679	Gestão Previdencial	52.547	31.511
Gestão Previdencial		165.540	235.774	Gestão Administrativa	12.554	7.462
Gestão Administrativa		6.542	6.476	Investimentos	125	1.176
Investimentos		12.012.597	11.997.429	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	115.644	141.975
Créditos Privados e Depósitos		39.102	35.646	Gestão Previdencial	93.161	116.833
Fundos de Investimento		11.102.030	11.057.177	Gestão Administrativa	-	2.595
Investimentos Imobiliários		564.485	581.181	Investimentos	22.483	22.547
Empréstimos e Financiamentos		306.129	322.574	PATRIMÔNIO SOCIAL	12.006.816	12.061.733
Depósitos Judiciais		851	851	Patrimônio de Cobertura do Plano	11.867.543	11.929.860
PERMANENTE		2.560	2.287	Provisões Matemáticas	13.746.481	11.230.112
Imobilizado		2.560	2.110	Benefícios Concedidos	10.467.711	8.313.411
Diferido		-	177	Benefícios a Conceder	3.288.501	2.925.073
GESTÃO ASSISTENCIAL		134.086	122.352	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(9.731)	(8.372)
TOTAL DO ATIVO		12.321.772	12.366.209	Equilíbrio Técnico	(1.878.938)	699.748
				Superávit (Déficit) Técnico Acumulado	(1.878.938)	699.748
				Fundos	139.273	131.873
				Fundos Administrativos	76.781	73.936
				Fundos dos Investimentos	62.492	57.937
				GESTÃO ASSISTENCIAL	134.086	122.352
				TOTAL DO PASSIVO	12.321.772	12.366.209

Obs.: as Notas Explicativas, partes integrantes das Demonstrações Contábeis, estão disponíveis no endereço eletrônico da REAL GRANDEZA na Internet (<http://www.frg.com.br>)

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	12.061.733	11.071.391	8,95%
1. Adições	855.367	1.791.064	-52,24%
Contribuições Previdenciais	186.173	251.358	-25,93%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	556.981	1.462.221	-61,91%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	23.672	-	-
Receitas Administrativas	78.305	61.345	27,65%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.030	7.640	-34,16%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	651	-	-
Constituição de Fundos de Investimento	4.555	8.500	-46,41%
2. Destinações	(910.284)	(800.722)	13,68%
Benefícios	(829.143)	(727.532)	13,97%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(11.974)	-100,00%
Despesas Administrativas	(81.141)	(61.054)	32,90%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	-	(162)	-100,00%
3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (= 1 + 2)	(54.917)	990.342	-105,55%
Provisões Matemáticas	2.516.369	679.536	270,31%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.578.686)	294.537	-975,50%
Fundos Administrativos	2.845	7.769	-63,38%
Fundos dos Investimentos	4.555	8.500	-46,41%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (= A + 3)	12.006.816	12.061.733	-0,46%
4. Gestão Assistencial	8.147	5.833	39,67%
Receitas Assistenciais	234.602	174.797	34,21%
Despesas Assistenciais	(226.455)	(168.964)	34,03%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
1. Ativos	11.508.011	11.647.776	-1,20%
Disponível	369	1.555	-76,27%
Recebível	213.091	282.311	-24,52%
Investimentos	11.294.551	11.363.910	-0,61%
Créditos Privados e Depósitos	39.102	35.646	9,70%
Fundos de Investimento	10.435.610	10.475.019	-0,38%
Investimentos Imobiliários	564.485	581.181	-2,87%
Empréstimos e Financiamentos	254.503	271.213	-6,16%
Depósitos Judiciais	851	851	0,00%
2. Obrigações	172.873	176.462	-2,03%
Operacional	57.243	37.096	54,31%
Contingencial	115.630	139.366	-17,03%
3. Fundos Não Previdenciais	120.237	113.239	6,18%
Fundos Administrativos	59.868	57.117	4,82%
Fundos dos Investimentos	60.369	56.122	7,57%
4. Ativo Líquido (= 1 - 2 - 3)	11.214.901	11.358.075	-1,26%
Provisões Matemáticas	13.091.424	10.658.327	22,83%
Superávit (Déficit) Técnico	(1.876.523)	699.748	-368,17%
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(1.876.523)	699.748	-368,17%
b) Ajuste de Precificação	345.511	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	(1.531.012)	699.748	-318,79%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	11.358.075	10.499.196	8,18%
1. Adições	722.273	1.630.534	-55,70%
Contribuições	150.630	217.614	-30,78%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	547.971	1.412.920	-61,22%
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	23.672	-	-
2. Destinações	(865.447)	(771.655)	12,15%
Benefícios	(823.954)	(723.318)	13,91%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(11.974)	-100,00%
Custeio Administrativo	(41.493)	(36.363)	14,11%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (= 1 + 2)	(143.174)	858.879	-116,67%
Provisões Matemáticas	2.433.097	566.620	329,41%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.576.271)	292.259	-981,50%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (= A + 3)	11.214.901	11.358.075	-1,26%
C) Fundos Não Previdenciais	120.237	113.239	6,18%
Fundos Administrativos	59.868	57.117	4,82%
Fundos dos Investimentos	60.369	56.122	7,57%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
1. Ativos	672.276	591.379	13,68%
Disponível	28	157	-82,17%
Recebível	29.435	27.418	7,36%
Investimentos	642.813	563.804	14,01%
Fundos de Investimento	591.187	512.444	15,37%
Empréstimos e Financiamentos	51.626	51.360	0,52%
2. Obrigações	598	960	-37,71%
Operacional	598	960	-37,71%
3. Fundos Não Previdenciais	19.036	18.634	2,16%
Fundos Administrativos	16.913	16.819	0,56%
Fundos dos Investimentos	2.123	1.815	16,97%
4. Ativo Líquido (= 1 - 2 - 3)	652.642	571.785	14,14%
Provisões Matemáticas	655.057	571.785	14,56%
Superávit (Déficit) Técnico	(2.415)	-	-

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	571.785	456.591	25,23%
1. Adições	88.895	123.121	-27,80%
Contribuições	79.885	73.820	8,22%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.010	49.301	-81,72%
2. Destinações	(8.038)	(7.927)	1,40%
Benefícios	(5.188)	(4.214)	23,11%
Custeio Administrativo	(2.850)	(3.713)	-23,24%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (= 1 + 2)	80.857	115.194	-29,81%
Provisões Matemáticas	83.272	112.916	-26,25%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.415)	2.278	-206,01%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (= A + 3)	652.642	571.785	14,14%
C) Fundos Não Previdenciais	19.036	18.634	2,16%
Fundos Administrativos	16.913	16.819	0,56%
Fundos dos Investimentos	2.123	1.815	16,97%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
A) Provisões Técnicas	11.448.143	11.590.659	-1,23%
1. Provisões Matemáticas	13.091.424	10.658.327	22,83%
1.1. Benefícios Concedidos	10.435.631	8.289.815	25,88%
1.2. Benefícios a Conceder	2.655.793	2.368.512	12,13%
2. Equilíbrio Técnico	(1.876.523)	699.748	-368,17%
2.1. Resultados Realizados	(1.876.523)	699.748	-368,17%
Superavit Técnico Acumulado	-	699.748	-100,00%
Reserva de Contingência	-	699.748	-100,00%
Déficit Técnico Acumulado	(1.876.523)	-	-
3. Fundos	60.369	56.122	7,57%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	60.369	56.122	7,57%
4. Exigível Operacional	57.243	37.096	54,31%
4.1. Gestão Previdencial	57.129	36.207	57,78%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	114	889	-87,18%
5. Exigível Contingencial	115.630	139.366	-17,03%
5.1. Gestão Previdencial	93.161	116.833	-20,26%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22.469	22.533	-0,28%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
A) Provisões Técnicas	655.363	574.560	14,06%
1. Provisões Matemáticas	655.057	571.785	14,56%
1.1. Benefícios Concedidos	32.080	23.596	35,96%
Contribuição Definida	7.482	5.785	29,33%
Benefício Definido	24.598	17.811	38,11%
1.2. Benefícios a Conceder	632.708	556.561	13,68%
Contribuição Definida	604.828	531.051	13,89%
Saldo de Conta - Parcela Patrocinador(es)	262.369	229.728	14,21%
Saldo de Conta - Parcela Participantes	342.459	301.323	13,65%
Benefício Definido	27.880	25.510	9,29%
1.3. Provisões Matemáticas a Constituir	(9.731)	(8.372)	16,23%
Déficit Equacionado	(9.731)	(8.372)	16,23%
Patrocinadores	(4.868)	(4.186)	16,29%
Participantes	(4.817)	(4.144)	16,24%
Assistidos	(46)	(42)	9,52%
2. Equilíbrio Técnico	(2.415)	-	-
2.1. Resultados Realizados	(2.415)	-	-
Déficit Técnico Acumulado	(2.415)	-	-
3. Fundos	2.123	1.815	16,97%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.123	1.815	16,97%
4. Exigível Operacional	598	960	-37,71%
4.1. Gestão Previdencial	587	673	-12,78%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	11	287	-96,17%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
	2015	2014	Variação
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	73.936	66.167	11,74%
1. Custeio da Gestão Administrativa	83.335	68.985	20,80%
1.1. Receitas	83.335	68.985	20,80%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	44.343	40.076	10,65%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	600	599	0,17%
Resultado Positivo dos Investimentos	5.030	7.640	-34,16%
Reembolso da Gestão Assistencial	33.358	20.490	62,80%
Outras Receitas	4	180	-97,78%
2. Despesas Administrativas	(81.141)	(61.054)	32,90%
2.1. Administração Previdencial	(30.872)	(25.376)	21,66%
Pessoal e Encargos	(18.505)	(16.529)	11,95%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(199)	(117)	70,09%
Viagens e Estadias	(91)	(80)	13,75%
Serviços de Terceiros	(3.128)	(2.669)	17,20%
Despesas Gerais	(4.927)	(5.638)	-12,61%
Depreciações e Amortizações	(263)	(343)	-23,32%
Tributos	(3.759)	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	(16.911)	(15.188)	11,34%
Pessoal e Encargos	(12.555)	(11.273)	11,37%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(135)	(70)	92,86%
Viagens e Estadias	(48)	(44)	9,09%
Serviços de Terceiros	(1.333)	(1.076)	23,88%
Despesas Gerais	(2.672)	(2.516)	6,20%
Depreciações e Amortizações	(168)	(209)	-19,62%
2.3. Administração Assistencial	(33.358)	(20.490)	62,80%
Despesas Administrativas	(33.358)	(20.490)	62,80%
3. Constituição (Reversão) de Contingências Administrativas	651	(162)	-501,85%
4. Sobra da Gestão Administrativa (= 1 + 2 + 3)	2.845	7.769	-63,38%
5. Constituição do Fundo Administrativo (= 4)	2.845	7.769	-63,38%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (= A + 5)	76.781	73.936	3,85%

(Em milhares de reais)

	Previdencial		Assistencial	Total
	BD	CD		
1. Custo Direto da Gestão	(27.697)	(3.175)	(33.358)	(64.230)
1.1. Despesas Comuns	(22.564)	(2.538)	(23.639)	(48.741)
Pessoal e Encargos	(16.664)	(1.841)	(17.713)	(36.218)
Conselhos e Comitês	(365)	(40)	(408)	(813)
Diretoria Executiva	(1.224)	(95)	(899)	(2.218)
Quadro Próprio	(14.977)	(1.703)	(16.343)	(33.023)
Pessoal Terceirizado	(98)	(3)	(63)	(164)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(180)	(19)	(207)	(406)
Viagens e Estádias	(77)	(12)	(55)	(144)
Serviços de Terceiros	(1.381)	(153)	(1.269)	(2.803)
Consultorias Jurídicas	(188)	-	-	(188)
Outros	(1.193)	(153)	(1.269)	(2.615)
Despesas Gerais	(4.025)	(487)	(4.004)	(8.516)
Depreciações e Amortizações	(237)	(26)	(228)	(491)
Rateio da Administração dos Investimentos	-	-	(163)	(163)
1.2. Despesas Específicas	(5.133)	(637)	(9.719)	(15.489)
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	(22)	(22)
Viagens e Estádias	(2)	-	(58)	(60)
Serviços de Terceiros	(1.241)	(353)	(7.474)	(9.068)
Consultorias Atuariais	(293)	(241)	(73)	(607)
Consultorias Jurídicas	(833)	(72)	(199)	(1.104)
Auditoria Externa	(61)	(21)	(35)	(117)
Serviço de Apoio Administrativo	-	-	(4.710)	(4.710)
Outros	(54)	(19)	(2.457)	(2.530)
Despesas Gerais	(399)	(16)	(2.165)	(2.580)
Tributos	(3.491)	(268)	-	(3.759)
2. Administração dos Investimentos	(16.066)	(845)	-	(16.911)
2.1. Despesas Comuns	(15.764)	(845)	-	(16.609)
2.2. Despesas Específicas	(302)	-	-	(302)
Serviços de Terceiros	(302)	-	-	(302)
3. Total das Despesas no PGA (= 1 + 2)	(43.763)	(4.020)	(33.358)	(81.141)
4. Despesas Diretas da Operadora de Saúde	-	-	(2.643)	(2.643)
Despesas Bancárias	-	-	(15)	(15)
Despesas com Tributos (PIS/Cofins)	-	-	(2.478)	(2.478)
Despesas Judiciais	-	-	(150)	(150)
5. Total Geral (= 3 + 4)	(43.763)	(4.020)	(36.001)	(83.784)

(Em reais)

CUSTOS COM A GESTÃO DOS RECURSOS					
	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	PGA	Total
A) Custo Total	19.834.866	1.119.071	212.491	57.438	21.223.866
1. Gestão Interna	14.627.105	784.076	151.241	-	15.562.423
Pessoal/Encargos	11.798.842	633.742	122.083	-	12.554.668
Consultorias(*)	211.074	11.267	2.180	-	224.522
Assessoria Jurídica	-	-	-	-	-
Auditorias	-	-	-	-	-
Custódia	104.789	5.453	1.071	-	111.314
Corretagens	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas Tributárias	-	-	-	-	-
Custo Absorvido da Administração Geral	2.512.399	133.614	25.906	-	2.671.920
2. Gestão Externa	5.207.760	334.994	61.250	57.438	5.661.443
Taxa de Administração	1.400.858	63.510	4.679	3.348	1.472.396
Taxa de Performance	240.173	10.007	-	-	250.180
Corretagens	1.887.800	105.536	-	4.686	1.998.022
Taxa Selic	214.839	12.898	3.652	2.505	233.894
Taxa Cetip	105.002	19.115	15.035	14.976	154.127
Taxa CVM	82.203	43.866	24.180	18.420	168.669
Taxa Bolsa de Valores	729.944	42.240	-	2.145	774.330
Taxa de Controladoria	197.441	10.397	1.976	1.413	211.227
Taxa de Custódia	319.286	16.814	3.195	2.286	341.580
Auditorias de Fundos	11.775	5.177	4.890	4.890	26.732
Outras	18.440	5.434	3.644	2.770	30.287

(*) Consultorias: Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos Ltda., MCM Consultoria Econômica Ltda., PPS Portfolio Performance Ltda., Serasa S.A., CMA Consultoria, Agência Estado, Economática, Prajna Informação e Tecnologia Financeira Ltda., Bloomberg, RB Capital & Pentágono, Bradesco Custódia, Streamtel, Uqbar e Motta Fernandes Advogados.

2.1 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
01/2016 a 12/2016	INPC	5,70

Documentação / Responsáveis

Documentação	Data:
Nº da Ata: RC nº 001/339	17/12/2015

Adminstrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	53,50	100,00	84,92
Renda Variável	0,00	25,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	6,50	5,04
Operações com Participantes	0,00	4,00	2,34
Investimentos Estruturados	0,00	9,00	5,70
Investimentos no Exterior	0,00	2,00	2,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: Operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção das Carteiras de Renda Fixa e de Renda Variável e/ou realização de swaps. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e, quando aplicável, ter sua modelagem previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA (CIRG), bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	5,00	
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	3,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
FIP/FICFIP	0,00	5,00	
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	1,00	
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	5,00	

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - O % do capital total de uma mesma SPE para aplicações integrantes da carteira até 31/12/2014 é de 20,00%. Para novas aplicações, a partir desta data, passa para 10,00% do capital total. 2 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%. 3 - Segundo a Resolução CMN nº 4.275/2013, o limite de concentração em uma mesma SPE poderá ser ampliado para 30% do capital, desde que constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatária. Conforme Resolução CMN nº 4.449/2015, as debêntures de infraestrutura têm limites de 30% do principal na data do vencimento dos compromissos estipulados na escritura de emissão. 4 - PL = patrimônio líquido. 5 - O % do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados é de 25%. Porém, destacamos que o % correspondente ao Fundo de Investimentos Imobiliários é de 20%.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	15,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	20,00	

Observação: no caso de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira em 31/12/2014, o limite máximo é de 25,00% da série.

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2015	Não Aplica
Plano	13,84	4,87	
Renda Fixa	14,33	9,88	
Renda Variável	0,37	-15,15	
Investimentos Imobiliários	115,59	5,68	
Operações com Participantes	11,99	16,02	
Investimentos Estruturados	6,49	-0,04	
Investimentos no Exterior			X

2.2 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Participação	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	IGP-DI	5,61
100,00	Renda Fixa	100,00	IMA Geral	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Operações com Participantes	100,00	IGP-DI	5,61
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	IMA-B	2,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI World Index	0,00

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: RC nº 001/339 Data: 17/12/2015

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	46,00	100,00	81,10
Renda Variável	0,00	25,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	15,00	10,00
Investimentos Estruturados	0,00	12,00	7,00
Investimentos no Exterior	0,00	2,00	1,90

EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: Operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção das Carteiras de Renda Fixa e de Renda Variável e/ou realização de swaps. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e, quando aplicável, ter sua modelagem previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA (CIRG), bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	5,00	
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	3,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
FIP/FICFIP	0,00	5,00	
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	5,00	
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	5,00	

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - O % do capital total de uma mesma SPE é de 10,00%. 2 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%. 3 - Segundo a Resolução CMN nº 4.275/2013, o limite de concentração em uma mesma SPE poderá ser ampliado para 30% do capital, desde que constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatória. Conforme Resolução CMN nº 4.449/2015, as debêntures de infraestrutura têm limites de 30% do principal na data do vencimento dos compromissos estipulados na escritura de emissão. 4 - PL = patrimônio líquido. 5 - O % do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados é de 25%. Porém, destacamos que o % correspondente ao Fundo de Investimentos Imobiliários é de 20%.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	15,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	15,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	15,00	

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2015	Não Aplica
Plano	10,44	1,72	
Renda Fixa	15,45	4,60	
Renda Variável	-0,29	-15,08	
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes	9,80	16,35	
Investimentos Estruturados	8,50	2,46	
Investimentos no Exterior			X

2.3 FUNDOS ASSISTENCIAIS

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Operações com Participantes	100,00	INPC	5,70

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: RC nº 001/339 Data: 17/12/2015

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Não		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	98,00	100,00	99,70
Renda Variável	0,00	0,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	2,00	0,30
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM			X
Organismo Multilateral			X
Companhia Securitizadora			X
Patrocinador do Plano de Benefício			X
FIDC/FICFIDC			X
FIP/FICFIP			X
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta			X
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observações: 1 - Limites em relação ao total de recursos. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta			X
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE			X
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários			X
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC			X
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2015	Não Aplica
Plano	12,72	10,22	
Renda Fixa	12,65	10,24	
Renda Variável			X
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes	10,55	10,13	
Investimentos Estruturados			X
Investimentos no Exterior			X

2.4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: RC nº 001/339 Data:17/12/2015

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	90,00	100,00	99,00
Renda Variável	0,00	10,00	1,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	0,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Não

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			X
Companhia Securitizadora			X
Patrocinador do Plano de Benefício			X
FIDC/FICFIDC			X
FIP/FICFIP			X
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas. 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%; 2 - Não é permitido SPE; 3 - PL = patrimônio líquido.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários			X
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC			X
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2015	Não Aplica
Plano	11,76	7,19	
Renda Fixa	13,02	8,90	
Renda Variável	-0,40	-14,93	
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes			X
Investimentos Estruturados			X
Investimentos no Exterior			X

Demonstrativos de Investimentos

3.1 TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS PELA REAL GRANDEZA

Segmento	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Plano de Gestão Administrativa	Total
Renda Fixa	8.588.622.694,74	485.010.549,98	109.674.072,46	71.317.856,88	9.254.625.174,06
Renda Variável	1.644.328.330,50	93.699.262,82	-	3.896.150,78	1.741.923.744,10
Investimentos Estruturados	231.449.068,14	11.866.404,09	-	-	243.315.472,23
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	564.452.098,37	-	-	-	564.452.098,37
Operações com Participantes	254.421.912,18	51.615.089,45	367.493,62	-	306.404.495,25
Caixa/Despesas a Pagar	10.316.809,46	613.254,45	(2.967,60)	19.632,49	10.946.728,80
Total	11.293.590.913,39	642.804.560,79	110.038.598,48	75.233.640,15	12.121.667.712,81

(Em reais)

Rentabilidades dos Planos Administrados pela Real Grandeza

Período	Plano BD	Plano CD	Assistenciais	Administrativa	Total
2015	4,87%	1,72%	10,22%	7,19%	4,77%

Responsáveis

Fernando Motta & Associados - Auditor de Gestão

Eduardo Henrique Garcia - Administrador Responsável

3.2 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2015		2014		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	8.588.622.694,74	76,05%	8.049.403.367,28	70,84%	Até 100%
Renda Variável	1.644.328.330,50	14,56%	2.262.655.385,93	19,91%	Até 30%
Investimentos Estruturados	231.449.068,14	2,05%	191.406.870,36	1,68%	Até 18%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%	Até 2%
Investimentos Imobiliários	564.452.098,37	5,00%	581.154.903,62	5,11%	Até 6%
Operações com Participantes	254.421.912,18	2,25%	270.350.817,10	2,38%	Até 6%
Caixa/Despesas a Pagar	10.316.809,46	0,09%	7.214.400,43	0,06%	-
Total de Investimentos	11.293.590.913,39	100,00%	11.362.185.744,72	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	9,88%	-	-
Títulos a Mercado	6,43%	IMA	9,32%
Títulos na Curva	18,02%	INPC + 5,50%	17,40%
Renda Variável	-15,15%	-	-
Carteira de Mercado	-15,55%	IBrX	-12,41%
Carteira de Ativos Diversos	93,43%	IBrX	-12,41%
FRG FIA Q	-11,21%	IBrX	-12,41%
FRG FIA GAP	-12,16%	IBrX	-12,41%
Investimentos Estruturados	-0,04%	IMA-B + 2%	11,06%
Investimentos Imobiliários	5,68%	IMA-B	8,88%
Operações com Participantes	16,02%	INPC + 5,50%(*)	16,40%
Total	4,87%	INPC + 5,50%	17,40%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do INPC + 5,50% a.a. como benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o INPC.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total	Partic. Total Terceirizado (**)
MULTIMERCADO/RENDA FIXA		10.119.405.921,24	89,60%	-
Fundos Exclusivos		10.119.405.921,24	89,60%	-
FRG Plano BD FI Multimercado	Real Grandeza	10.119.405.921,24	89,60%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		231.449.068,14	2,05%	73,20%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	BRZ Investimentos	24.503.485,78	0,22%	7,75%
DGF FIPAC 2 FIP	DGF Investimentos	9.227.060,47	0,08%	2,92%
DLM Brasil TI FIP	DLM Private Equity	21.273.487,06	0,19%	6,73%
FII Agências Caixa	Rio Bravo	32.340.000,00	0,29%	10,23%
FIP Brasil Energia	BTG Pactual	90.475.829,38	0,80%	28,61%
FIP Brasil Petróleo 1	Mare e Mantiq	28.166.290,80	0,25%	8,91%
GTD FIP	Argucia Capital	1.509.734,52	0,01%	0,48%
Pátria Real Estate III FIP	Pátria Investimentos	23.953.180,13	0,21%	7,58%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA		84.755.178,55	0,75%	26,80%
FRG FIA Q	Quest Investimentos	49.582.112,42	0,44%	15,68%
FRG FIA GAP	GAP Prudential LT	35.173.066,13	0,31%	11,12%
Total		10.435.610.167,93	92,40%	-

(**) Esta coluna apresenta a distribuição de recursos entre os gestores terceirizados.

PLANO BD - DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			11.293.590.913,39	100,00%
FRG PLANO BD FI MULTIMERCADO			10.119.405.921,24	89,60%
RENDA FIXA			8.549.520.958,00	75,70%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			8.206.757.403,35	72,67%
Notas do Tesouro Nacional			7.842.721.346,53	69,44%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			4.717.982.912,59	41,78%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2035)		570.967	1.382.419.710,65	12,24%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		199.718	1.029.667.057,08	9,12%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2024)		310.730	811.863.857,87	7,19%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		331.258	782.362.841,17	6,93%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2050)		190.691	460.397.704,44	4,08%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2055)		54.441	128.956.727,11	1,14%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		23.204	76.777.314,33	0,68%
NTN-F (Vencimento: 01/01/2025)		59.638	45.537.699,94	0,40%
Títulos Mantidos Até o Vencimento ("Títulos na Curva")			3.124.738.433,94	27,67%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		150.159	786.793.249,24	6,97%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2035)		326.916	767.260.916,38	6,79%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2055)		242.593	611.974.475,62	5,42%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		241.997	600.764.764,33	5,32%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		71.854	237.541.952,27	2,10%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2024)		9.223	24.653.626,07	0,22%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2050)		3.399	9.107.521,94	0,08%
NTN-F (Vencimento: 01/01/2025)		99.165	86.641.928,09	0,77%

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
Títulos da Dívida Agrária		5.860	544.830,96	0,00%
Operações Compromissadas (Adelic)		134.348	363.491.225,86	3,22%
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			342.763.554,65	3,04%
Letras Financeiras			36.401.995,23	0,32%
Bradesco (Vencimento: 06/09/2024)		30	23.581.694,69	0,21%
Bradesco (Vencimento: 08/09/2023)		13	12.820.300,54	0,11%
Letras Financeiras Subordinadas			241.182.326,50	2,14%
Bradesco (Vencimento: 06/02/2018)		76	123.269.745,96	1,09%
Itaú (Vencimento: 06/02/2018)		76	117.912.580,54	1,04%
Debêntures Não Conversíveis			65.179.232,92	0,58%
BNDES Participações (Vencimento: 15/01/2017)		42.238	62.590.769,89	0,55%
Vale (Vencimento: 08/07/2050)		655.840	2.588.463,03	0,02%
RENTA VARIÁVEL			1.559.572.951,95	13,81%
Mercado à Vista			1.551.190.776,76	13,74%
AES Elpa	ON	333.918	1.889.975,88	0,02%
BM&FBovespa	ON	9.398.000	102.344.220,00	0,91%
Bradesco	DIR	176.429	365.208,03	0,00%
Bradesco	PN	5.385.935	103.840.826,80	0,92%
Brasil Seguridade	ON	4.672.650	113.685.574,50	1,01%
BRF - Brasil Foods	ON	2.560.872	145.398.075,60	1,29%
CCR	ON	3.817.500	47.909.625,00	0,42%
Cielo	ON	3.804.110	127.780.054,90	1,13%
CPFL Energia	ON	2.224.300	33.764.874,00	0,30%
Fibra	ON	1.668.700	98.269.282,00	0,87%
Itaú Unibanco	PN	9.529.574	250.913.683,42	2,22%
Itaúsa	PN	16.384.883	112.727.995,04	1,00%
Klabin	UNT	3.777.700	89.700.940,00	0,79%
Petrobras	ON	3.784.557	32.433.653,49	0,29%
Petrobras	PN	5.325.318	35.679.630,60	0,32%
Raia Drogasil	ON	1.255.000	44.527.400,00	0,39%
Transmissão Paulista	PN	527.220	24.093.954,00	0,21%
Ultrapar Participações	ON	2.570.030	156.518.953,50	1,39%
Weg	ON	1.963.000	29.346.850,00	0,26%
Debêntures Conversíveis de Emissão Pública com Participação nos Lucros			8.382.175,19	0,07%
CRT - Concessionária Rio-Teresópolis		4.620	2.589.741,00	0,02%
Proman - Produtores Energéticos de Manso		2.000	5.792.434,19	0,05%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			10.312.011,29	0,09%
CARTEIRA PRÓPRIA			1.174.184.992,15	10,40%
RENTA FIXA			39.101.736,74	0,35%
Certificados de Recebíveis Imobiliários			39.101.736,74	0,35%
CRI da 62ª Série da 1ª Emissão da RB Capital		1	39.101.736,74	0,35%

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
RENDA VARIÁVEL			84.755.378,55	0,75%
Mercado à Vista			200,00	0,00%
Proman - Produtores Energéticos de Manso	ON	20.000	200,00	0,00%
Cotas de Fundos de Investimentos em Ações - FIA			84.755.178,55	0,75%
FRG FIA Q		49.314.738	49.582.112,42	0,44%
FRG FIA GAP		36.365.885	35.173.066,13	0,31%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			231.449.068,14	2,05%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP		28.715	24.503.485,78	0,22%
DGF FIPAC 2 FIP		10.885	9.227.060,47	0,08%
DLM Brasil TI FIP		22.568.514	21.273.487,06	0,19%
FII Agências Caixa		33.000	32.340.000,00	0,29%
FIP Brasil Energia		2.888	90.475.829,38	0,80%
FIP Brasil Petróleo 1		43.584	28.166.290,80	0,25%
Mellon GTD FIP		2.149	1.509.734,52	0,01%
Pátria Real Estate III FIP		18.231	23.953.180,13	0,21%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			564.452.098,37	5,00%
Edificações de Uso Próprio			46.137.588,18	0,41%
Rua Mena Barreto, 143 - Rio de Janeiro - RJ			46.137.588,18	0,41%
Edificações Locadas à(s) Patrocinadora(s)			508.467.752,26	4,50%
Rodovia Presidente Dutra, 238 - Rio de Janeiro - RJ			14.296.362,21	0,13%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco A - Rio de Janeiro - RJ			161.592.084,87	1,43%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco B - Rio de Janeiro - RJ			110.541.993,54	0,98%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco C - Rio de Janeiro - RJ			222.037.311,64	1,97%
Edificações para Renda			5.959.610,66	0,05%
Ed. Parque das Palmeiras, R. Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Angra dos Reis - RJ			5.959.610,66	0,05%
Valores a Receber			3.920.573,74	0,03%
Valores a Pagar			(33.426,47)	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			254.421.912,18	2,25%
Valores a Receber			257.299.161,60	2,28%
Valores a Pagar			(2.877.249,42)	-0,03%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			4.798,17	0,00%

3.3 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2015		2014		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	485.010.549,98	75,45%	375.547.254,21	66,64%	Até 100%
Renda Variável	93.699.262,82	14,58%	126.810.520,46	22,50%	Até 35%
Investimentos Estruturados	11.866.404,09	1,85%	9.677.188,77	1,72%	Até 20%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	Até 2%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	51.615.089,45	8,03%	51.073.187,17	9,06%	Até 15%
Caixa/Despesas a Pagar	613.254,45	0,10%	409.272,28	0,07%	-
Total de Investimentos	642.804.560,79	100,00%	563.517.422,89	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	4,60%	IMA	9,32%
Renda Variável	-15,08%	IBrX	-12,41%
Carteira de Mercado	-15,14%	IBrX	-12,41%
FRG FIA Q	-11,21%	IBrX	-12,41%
FRG FIA GAP	-12,16%	IBrX	-12,41%
Investimentos Estruturados	2,46%	IMA-B + 2%	11,06%
Operações com Participantes	16,35%	IGP-DI + 5,50% (*)	16,66%
Total	1,72%	IGP-DI + 5,50%	16,79%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do IGP-DI + 5,50% a.a. como benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o IGP-DI.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total	Partic. Total Terceirizado (**)
MULTIMERCADO/RENDA FIXA		575.789.609,84	89,57%	-
Fundos Exclusivos		575.789.609,84	89,57%	-
FRG Plano CD FI Multimercado	Real Grandeza	575.789.609,84	89,57%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		11.866.404,09	1,85%	77,07%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	BRZ Investimentos	748.569,34	0,12%	4,86%
DGF FIPAC 2 FIP	DGF Investimentos	802.353,08	0,12%	5,21%
DLM Brasil TI FIP	DLM Private Equity	1.119.657,21	0,17%	7,27%
FII Agências Caixa	Rio Bravo	6.860.000,00	1,07%	44,55%
FIP Brasil Petróleo 1	Mare e Mantiq	1.139.676,43	0,18%	7,40%
Pátria Real Estate III FIP	Pátria Investimentos	1.196.148,03	0,19%	7,77%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - FIA		3.531.467,75	0,55%	22,93%
FRG FIA Q	Quest Investimentos	2.065.885,88	0,32%	13,42%
FRG FIA GAP	GAP Prudential LT	1.465.581,87	0,23%	9,52%
Total		591.187.481,68	91,97%	-

(**) Esta coluna apresenta a distribuição de recursos entre os gestores terceirizados.

PLANO CD - DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			642.804.560,79	100,00%
FRG PLANO CD FI MULTIMERCADO			575.789.609,84	89,57%
RENDA FIXA			485.010.549,98	75,45%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			471.797.824,66	73,40%
Notas do Tesouro Nacional			397.737.291,03	61,88%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			397.737.291,03	61,88%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2055)		53.298	126.249.254,06	19,64%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2050)		52.070	125.715.993,21	19,56%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		25.602	60.466.625,59	9,41%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		3.586	18.487.998,41	2,88%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		1.963	6.495.167,56	1,01%
NTN-F (Vencimento: 01/01/2023)		40.861	32.642.893,04	5,08%
NTN-F (Vencimento: 01/01/2025)		36.250	27.679.359,16	4,31%
Títulos da Dívida Agrária		63	5.876,93	0,00%
Operações Compromissadas (Adelic)		110.007	74.054.656,70	11,52%
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			13.212.725,32	2,06%
Letras Financeiras			8.460.926,32	1,32%
Bradesco (Vencimento: 06/09/2024)		7	5.502.395,43	0,86%
Bradesco (Vencimento: 08/09/2023)		3	2.958.530,89	0,46%
Letras Financeiras Subordinadas			3.081.743,65	0,48%
Bradesco (Vencimento: 06/02/2018)		1	3.081.743,65	0,48%
Debêntures não Conversíveis			1.670.055,35	0,26%
BNDES Participações (Vencimento: 15/01/2017)		1.127	1.670.055,35	0,26%
RENDA VARIÁVEL			90.167.795,07	14,03%
Mercado à Vista			90.167.795,07	14,03%
BM&FBovespa	ON	577.000	6.283.530,00	0,98%
Bradesco	DIR	10.560	21.859,20	0,00%
Bradesco	PN	322.395	6.215.775,60	0,97%
Brasil Seguridade	ON	238.500	5.802.705,00	0,90%
BRF - Brasil Foods	ON	142.950	8.030.230,00	1,25%
CCR	ON	211.500	2.654.325,00	0,41%
Cielo	ON	229.640	7.713.607,60	1,20%
CPFL Energia	ON	123.000	1.867.140,00	0,29%
Fibria	ON	118.500	6.408.415,00	1,00%

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
Itaú Unibanco	PN	553.565	14.575.366,45	2,27%
Itaúsa	PN	957.738	6.589.237,44	1,03%
Klabin	UNT	214.500	5.088.650,00	0,79%
Petrobras	ON	245.564	2.104.483,48	0,33%
Petrobras	PN	365.409	2.448.240,30	0,38%
Raia Drogasil	ON	68.000	2.412.640,00	0,38%
Transmissão Paulista	PN	27.500	1.256.750,00	0,20%
Ultrapar Participações	ON	148.900	9.001.005,00	1,40%
Weg	ON	113.300	1.693.835,00	0,26%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			611.264,79	0,10%
CARTEIRA PRÓPRIA			67.014.950,95	10,43%
REND A VARIÁVEL			3.531.467,75	54,94%
Cotas de Fundos de Investimentos em Ações - FIA			3.531.467,75	0,55%
FRG FIA Q		2.054.745	2.065.885,88	0,32%
FRG FIA GAP		1.515.284	1.465.581,87	0,23%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			11.866.404,09	1,85%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP		877	748.569,34	0,12%
DGF FIPAC 2 FIP		947	802.353,08	0,12%
DLM Brasil TI FIP		1.187.816	1.119.657,21	0,17%
FII Agências Caixa		7.000	6.860.000,00	1,07%
FIP Brasil Petróleo 1		1.764	1.139.676,43	0,18%
Pátria Real Estate III FIP		910	1.196.148,03	0,19%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			51.615.089,45	8,03%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			1.989,66	0,00%

3.4 FUNDOS ASSISTENCIAIS

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2015		2014		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	109.674.072,46	99,67%	113.512.761,53	99,63%	Até 100%
Renda Variável	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	367.493,62	0,33%	427.166,05	0,37%	Até 2%
Caixa/Despesas a Pagar	(2.967,60)	0,00%	(2.484,86)	0,00%	-
Total de Investimentos	110.038.598,48	100,00%	113.937.442,72	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	10,24%	Taxa Selic	13,27%
Operações com Participantes	10,13%	INPC + 5,50%(*)	16,40%
Total	10,22%	Taxa Selic	13,27%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do INPC + 5,50% a.a. como benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada com defasagem de 2 (dois) meses para o INPC.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total
RENDA FIXA		88.419.002,78	80,35%
Fundos Exclusivos		88.419.002,78	80,35%
FRG FA FI Renda Fixa	Real Grandeza	88.419.002,78	80,35%
Total		88.419.002,78	80,35%

FUNDOS ASSISTENCIAIS - Distribuição Analítica dos Investimentos

Discriminação	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			110.038.598,48	100,00%
FRG FA FI RENDA FIXA			88.419.002,78	80,35%
RENDA FIXA			88.422.669,94	80,36%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			88.422.669,94	80,36%
Notas do Tesouro Nacional			61.377.473,81	55,78%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			61.377.473,81	55,78%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		11.905	61.377.473,81	55,78%
Títulos da Dívida Agrária		449	41.751,78	0,04%
Operações Compromissadas (Adelic)		40.114	27.003.444,35	24,54%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			(3.667,16)	0,00%
CARTEIRA PRÓPRIA			21.619.595,70	19,65%
RENDA FIXA			21.251.402,52	19,31%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			21.251.402,52	19,31%
Notas do Tesouro Nacional			21.251.402,52	19,31%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			21.251.402,52	19,31%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		4.122	21.251.402,52	19,31%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			367.493,62	0,33%
Valores a Receber			330.288,17	0,30%
Valores a Pagar			37.205,45	0,03%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			699,56	0,00%

3.5 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2015		2014		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	71.317.856,88	94,80%	64.050.760,20	91,88%	Até 100%
Renda Variável	3.896.150,78	5,18%	5.648.010,65	8,10%	Até 20%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-
Caixa/Despesas a Pagar	19.632,49	0,03%	16.221,77	0,02%	-
Total de Investimentos	75.233.640,15	100,00%	69.714.992,62	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	8,90%	Taxa Selic	13,27%
Renda Variável	-14,93%	IBrX	-12,41%
Total	7,19%	Taxa Selic	13,27%

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total
MULTIMERCADO		75.232.641,62	100,00%
Fundos Exclusivos		75.232.641,62	100,00%
FRG ADM FI Multimercado	Real Grandeza	75.232.641,62	100,00%
Total		75.232.641,62	100,00%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - Distribuição Analítica dos Investimentos

Discriminação	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			75.233.640,15	100,00%
FRG ADM FI MULTIMERCADO			75.232.641,62	100,00%
RENDA FIXA			71.317.856,88	94,80%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			71.317.856,88	94,80%
Notas do Tesouro Nacional			39.160.565,49	52,05%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			39.160.565,49	52,05%
NTN-B - Vencimento: 15/05/2055		6.170	14.615.143,14	19,43%
NTN-B - Vencimento: 15/08/2050		4.471	10.794.626,57	14,35%
NTN-F - Vencimento: 01/01/2023		9.139	7.300.932,41	9,70%
NTN-F - Vencimento: 01/01/2025		8.447	6.449.863,37	8,57%
Operações Compromissadas (Adelic)		47.769	32.157.291,39	42,74%
RENDA VARIÁVEL			3.896.150,78	5,18%
Mercado à Vista			3.896.150,78	5,18%
BM&FBovespa	ON	24.900	271.161,00	0,36%
Bradesco	DIR	460	952,20	0,00%
Bradesco	PN	14.064	271.153,92	0,36%
Brasil Seguridade	ON	10.350	251.815,50	0,33%
BRF - Brasil Foods	ON	6.150	351.790,00	0,47%
CCR	ON	9.200	115.460,00	0,15%
Cielo	ON	9.850	330.861,50	0,44%
CPFL Energia	ON	5.400	81.972,00	0,11%
Fibría	ON	4.900	269.828,00	0,36%
Itaú Unibanco	PN	24.006	632.077,98	0,84%
Itaúsa	PN	41.061	282.499,68	0,38%
Klabin	UNT	9.400	220.430,00	0,29%
Petrobras	ON	11.150	95.555,50	0,13%
Petrobras	PN	15.450	103.515,00	0,14%
Raia Drogasil	ON	2.700	95.796,00	0,13%
Transmissão Paulista	PN	1.180	53.926,00	0,07%
Ultrapar Participações	ON	6.470	391.111,50	0,52%
Weg	ON	5.100	76.245,00	0,10%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			18.633,96	0,02%
CARTEIRA PRÓPRIA			998,53	0,00%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			998,53	0,00%

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014		
	2015	2014
ATIVO		
CIRCULANTE	133.203	121.469
Disponível	2.642	215
Realizável	130.561	121.254
Aplicações Financeiras	109.670	113.509
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	21.251	20.964
Aplicações Livres	88.419	92.545
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14.141	1.781
Contraprestações Pecuniárias a Receber	12.332	696
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.809	1.085
Bens e Títulos a Receber	6.288	5.964
Despesas Antecipadas	462	-
NÃO CIRCULANTE	883	883
Realizável a Longo Prazo	883	883
Depósitos Judiciais e Fiscais	883	883
TOTAL DO ATIVO	134.086	122.352

(Em milhares de reais)

	2015	2014
PASSIVO		
CIRCULANTE	24.977	21.465
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	19.054	17.714
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	579	530
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	3.834	3.388
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Peona)	14.641	13.796
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	22	145
Contraprestações a Restituir	16	9
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	136
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	1.049	57
Débitos Diversos	4.852	3.549
NÃO CIRCULANTE	727	652
Provisões Judiciais	727	652
PATRIMÔNIO SOCIAL	108.382	100.235
Patrimônio Social	108.382	100.235
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	134.086	122.352

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	2015	2014
1. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	226.445	136.567
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	226.445	136.567
Contraprestações Líquidas	226.445	136.567
2. Eventos Indenizáveis Líquidos	(195.171)	(139.785)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(194.326)	(138.377)
Assistência à Saúde Médico-Hospitalar	(190.495)	(138.206)
Assistência Odontológica	(3.831)	(171)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(845)	(1.408)
3. Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde (= 1 + 2)	31.274	(3.218)
4. Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	22.942	35.945
5. Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	21.931)	(20.326)
6. Resultado Bruto (= 3 + 4 + 5)	32.285	12.401
7. Despesas Administrativas	(36.001)	(20.507)
8. Resultado Financeiro Líquido	11.863	13.939
Receitas Financeiras	18.573	22.775
Despesa Financeiras	(6.710)	(8.836)
9. Resultado Líquido (= 6 + 7 + 8)	8.147	5.833

Parecer Atuarial
Plano de Benefício Definido
Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social
11 de março de 2016

1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e Furnas Centrais Elétricas S.A. em 31/12/2015.

2 - Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocínados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição

Número	1.558
Idade Média (anos)	53,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	27,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	27,5
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	7,6
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	13.926
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	12.930
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	16.634
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) - 13 vezes	336.895.081

Participantes Autopatrocinados

Descrição

Número	9
Idade Média (anos)	51,5
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	8,7
Tempo Médio de Contribuição (anos)	19,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	9,2
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.332
Salário Real de Contribuição Médio - com limite (R\$)	6.266
Salário Real de Contribuição Médio - sem limite (R\$)	6.332
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem limite (R\$) - 13 vezes	740.861

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

Descrição

Número	56
Idade Média (anos)	52,5
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	1.581
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	534

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição

Aposentados	
Número	6.674
Idade Média (anos)	67,3
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	7.544
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	1.046

Aposentados Inválidos	
Número	213
Idade Média (anos)	65,3
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	3.050
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	177
Beneficiários	
Número	1.474
Idade Média (anos)	67,4
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	2.160
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	
Total	
Número	8.361
Idade Média (anos)	67,3
Benefício Mensal Médio - Complementação (R\$)	6.481
Benefício Mensal Médio - Adicional (R\$)	840

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2015. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

3 - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5,70% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	Furnas: 3,52% a.a.
Eletronuclear:	3,03% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários (3)	1,00
Fator de capacidade para os benefícios (3)	1,00
Hipótese sobre rotatividade (4)	T1 Service Table suavizada em 20%
Tábua de mortalidade geral (5)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria (6)	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas (7)	Composição Familiar

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A presente avaliação reflete a utilização acumulada desde o último reajuste de benefícios e salários. Nos benefícios tal índice é utilizado para refletir a previsão do item 84.1 do Regulamento do Plano.

(4) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano.

Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

(5) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.

(6) A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 35% na primeira elegibilidade à aposentadoria (55 anos de idade), 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade) e 30% entre essas duas datas.

(7) Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 3,60% a.a. (Furnas) e 2,00% a.a. (Eletronuclear) para 3,52% a.a. (Furnas) e 3,03% a.a. (Eletronuclear) com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A tábua de entrada em aposentadoria também foi alterada com o objetivo de ajustar a expectativa de eventos ao comportamento observado na massa de participantes.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer que foi contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,70% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,50% a.a. para 5,70% a.a.

As alterações das hipóteses atuariais mencionadas acima acarretaram na redução de aproximadamente R\$ 278.790.000 (2%) nas Provisões Matemáticas de benefício definido do plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$ mil
Alteração da hipótese de crescimento salarial	8.806
Alteração da hipótese de entrada em aposentadoria	(15.724)
Alteração da hipótese de taxa real anual de juros	(271.876)
Total	(278.794)

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o Idade Normal de Entrada para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Benefício Definido.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefício Definido.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2015.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	11.335.137.218,32
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	11.214.900.673,09
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	13.091.424.440,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	10.435.631.391,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.435.631.391,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	9.811.623.708,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	624.007.683,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.655.793.049,00

2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	2.610.665.115,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.752.516.754,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	70.925.819,50
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	70.925.819,50
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	45.127.934,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	51.197.230,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	3.034.648,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	3.034.648,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	-
2.3.1.1.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	-
2.3.1.1.03.02.01.1	(-) Patrocinador(es) - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.01.2	(-) Patrocinador(es) - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.3.1.1.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	-
2.3.1.1.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.876.523.766,91)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(1.876.523.766,91)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	1.876.523.766,91
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	120.236.545,23
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	59.867.453,13
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	60.369.092,10

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31/12/2015, Plano este que se encontra em extinção.

Durante o exercício de 2015 o Regulamento do Plano de Benefício Definido sofreu importante alteração com relação à fórmula de contribuição dos Participantes, Patrocinadoras e Assistidos.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas, observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- d) As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Variação nas Provisões Matemáticas

A Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, sofreu um aumento em aproximadamente 5%, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas Provisões Matemáticas se deve, principalmente, a perdas atuariais ocorridas durante o exercício de 2015.

Por outro lado, as alterações das hipóteses atuariais mencionadas anteriormente resultaram em uma redução do passivo, quando comparado com o passivo reavaliado com as mesmas hipóteses de 2014.

Natureza do Resultado

Os principais fatores que levaram à constituição do Déficit em 31/12/2015 foram: perdas atuariais, alteração no plano de custeio ocorrida durante o exercício de 2015 e rentabilidade (4,87%) abaixo da meta atuarial (17,40%), sendo, portanto, de natureza conjuntural e estrutural.

Além dos fatores expostos acima, as alterações das hipóteses de crescimento salarial, entrada em aposentadoria e taxa de juros também impactaram o resultado. Enquanto a primeira alteração ocasionou aumento do déficit, as outras duas alterações causaram redução.

Na avaliação atuarial de 31/12/2015 foi apurado déficit no valor de R\$1.876.523.766,91 que será mantido na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Até o final do exercício de 2016 deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento da parcela excedente ao limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerado o ajuste de precificação, respeitando o valor mínimo de 1% das provisões matemáticas.

O plano de equacionamento de déficit deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e disponibilizado aos participantes, as patrocinadoras e ao órgão fiscalizador.

Variação do Resultado

No exercício de 2014 o Plano de Benefício Definido encontrava-se superavitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um déficit em função de perdas atuariais, alteração no plano de custeio ocorrida durante o exercício de 2015 e da rentabilidade ter sido inferior à meta atuarial, conforme exposto anteriormente.

5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Custos

O método atuarial adotado para a apuração dos compromissos deste plano prevê o plano de custeio descrito a seguir:

Descrição	Custo em % da folha de salário de contribuição (sem limite)	Custo em R\$ de 31/12/2015
Custo Normal	8,26%	31.626.866
Aposentadorias	7,23%	27.659.589
Invalidez	0,10%	386.786
Pensão por Morte	0,15%	588.169
Pecúlio por Morte	0,09%	334.768
Desligamento	0,69%	2.657.554
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,00%	-
Administrativo	0,00%	-
Custo Total	8,26%	31.626.866

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2015. Ressaltamos que durante o ano de 2016, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação e regulamento vigentes, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem limite)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	7,18%	27.477.792

Participantes Ativos

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem limite)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	7,18%	27.477.792

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio dos benefícios.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para custeio dos benefícios de risco correspondente a 0,34% aplicado sobre o Benefício Proporcional calculado.

Participantes Assistidos

Descrição	Contribuição em % da folha de benefícios	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	2,04%	16.133.711

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/04/2016.

6 - Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social está deficitário em 31/12/2015.

Durante o exercício de 2016 será elaborado e aprovado o plano de equacionamento da parcela excedente ao limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, considerado o ajuste de precificação, respeitando o valor mínimo de 1% das Provisões Matemáticas.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
MIBA nº 920

Narjara Jacqueline Boldorini
MIBA nº 1.917

Parecer Atuarial Plano de Contribuição Definida Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social 11 de março de 2016

1- Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida, administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social em 31/12/2015.

2 - Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	2.522
Idade Média (anos)	44,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	9,3
Tempo Médio de Contribuição (anos)	8,8
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	15,9
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	12.362
Salário Real de Contribuição Médio - sem PL (R\$)	10.662
Folha Anual de Salário de Contribuição Médio - sem PL (R\$) - 13 vezes	349.549.013

Participantes Autopatrocinados

Descrição

Número	30
Idade Média (anos)	40,6
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	3,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,6
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	19,4
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.399
Salário Real de Contribuição Médio - sem PL (R\$)	7.079
Folha Anual de Salário de Contribuição - sem PL (R\$) - 13 vezes	2.760.990

Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

Descrição

Número	26
Idade Média (anos)	41,6
Benefício Mensal Médio(R\$)(*)	N/A

(*) Os benefícios serão calculados quando da concessão do benefício, conforme Regulamento em vigor.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição

Aposentados	
Número	89
Idade Média (anos)	62,3
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.009
Aposentados Inválidos	
Número	11
Idade Média (anos)	58,0
Benefício Mensal Médio (R\$)	1.406
Beneficiários	
Número	25
Idade Média (anos)	50,4
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.243
Total	
Número	125
Idade Média (anos)	59,5
Benefício Mensal Médio (R\$)	2.003

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2015. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

3 - Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros (1)	5,61% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (1) (2)	3,73% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS (1)	0,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano (1)	0,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade (3)	1,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral (4)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas
Tábua de entrada em aposentadoria (5)	Experiência Real Grandeza
Outras hipóteses biométricas utilizadas (6)	Composição Familiar

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base na expectativa futura das Patrocinadoras sobre desligamentos de participantes do Plano. Informamos que, conservadoramente, será admitido que o participante, ao se desligar do plano, opte pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido.

(4) Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%.

(5) A hipótese adotada reflete a experiência verificada na Entidade que é de 50% ao completar 55 anos de idade e 10 anos de serviço, 15% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal (60 anos de idade e 10 anos de serviço).

(6) Considera-se que 90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos. Para os aposentados e pensionistas considera-se a composição familiar real informada.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na mortalidade e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia e a projeção de contribuição de Patrocinadora, nos casos de morte ou invalidez e benefício mínimo.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 4,81% a.a. para 3,73% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

O fator de capacidade para salários e benefícios foi alterado de 1,00 para 0,98 no intuito de refletir mais fielmente o impacto da inflação no longo prazo.

A tábua de entrada em aposentadoria também foi alterada com o objetivo de ajustar a expectativa de eventos ao comportamento observado na massa de participantes.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer que foi contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,61% a.a., já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Com base no exposto, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo aprovaram a alteração da taxa real anual de juros de 5,50% a.a. para 5,61% a.a.

As alterações das hipóteses atuariais mencionadas acima acarretaram na redução de aproximadamente R\$ 6.637.000 (11%) nas Provisões Matemáticas de benefício definido do plano.

Na tabela a seguir são apresentados os impactos separadamente:

Descrição	Impacto - R\$ mil
Alteração da hipótese de crescimento salarial	(2.225)
Alteração da hipótese de entrada em aposentadoria	(2.724)
Alteração da hipótese de taxa real anual de juros	(529)
Alteração do fator de capacidade	(1.159)
Total	(6.637)

Informamos que, excetuada as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o “Capitalização Financeira Individual” para a avaliação de todos os benefícios do Plano de Contribuição Definida, exceto os benefícios de Projeção de Saldó por Invalidez e Morte e Benefício Mínimo, que foram avaliados pelo método “Crédito Unitário Projetado”.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Contribuição Definida.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social posicionados em 31/12/2015.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	671.678.676,70
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	652.642.473,43
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	655.057.169,29
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	32.079.667,12
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	7.481.780,12
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	7.481.780,12
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	24.597.887,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	12.796.279,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	11.801.608,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	632.707.975,74
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	604.828.050,74
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	262.368.950,99
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	342.459.099,75
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	594,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.318,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	724,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	27.879.331,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	46.191.899,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	18.312.568,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	9.730.473,57
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado - Total	9.730.473,57
2.3.1.1.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2015	9.730.473,57
2.3.1.1.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es) - Total	4.868.070,34
2.3.1.1.03.02.01.1	(-) Patrocinador(es) - anterior a 31/12/2015	4.868.070,34

2.3.1.1.03.02.01.2	(-) Patrocinador(es) - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes - Total	4.816.629,90
2.3.1.1.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2015	4.816.629,90
2.3.1.1.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos - Total	45.773,33
2.3.1.1.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2015	45.773,33
2.3.1.1.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2015	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(2.414.695,86)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(2.414.695,86)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	2.414.695,86
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	19.036.203,27
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.913.400,59
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	2.122.802,68

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Contribuição Definida vigente em 31/12/2015, Plano este que se encontra em manutenção.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas, observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).
- As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).
- As provisões referentes à pensão por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social.

Variação nas Provisões Matemáticas

A Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, sofreu um aumento em aproximadamente 9%, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

O aumento nas Provisões Matemáticas se deve, principalmente, a perdas atuariais ocorridas durante o exercício de 2015.

Por outro lado, as alterações das hipóteses atuariais mencionadas anteriormente resultaram em uma redução do passivo, quando comparado com o passivo reavaliado com as mesmas hipóteses de 2014.

Natureza do Resultado

O principal fator que levou à constituição do Déficit em 31/12/2015 foi a rentabilidade do Plano (1,72%) ter sido inferior à meta atuarial (16,77%), sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Além do fator exposto acima, as alterações das hipóteses de crescimento salarial, entrada em aposentadoria, taxa de juros e fator de capacidade também impactaram o resultado. Todas as alterações causaram redução no Déficit.

Na avaliação atuarial de 31/12/2015 foi apurado déficit no valor de R\$ 2.414.695,86 que será mantido na conta de Déficit Técnico Acumulado, por não ter excedido ao limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008.

Variação do Resultado

A situação deficitária do Plano foi agravada em função da rentabilidade não ter sido favorável no exercício de 2015.

5 - Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Custos

O método atuarial adotado para a apuração dos compromissos deste plano prevê o plano de custeio descrito a seguir:

Descrição	Custo em % da folha de salário de contribuição (sem PL)	Custo em R\$ de 31/12/2015
Custo Normal	17,80%	70.448.072
Aposentadorias	17,11%	67.740.413
Invalidez	0,32%	1.256.096
Pensão por Morte	0,36%	1.451.473
Benefício Mínimo	0,00%	90
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,20%	795.879
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,20%	795.879
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Administrativo	0,74%	2.932.580
Custo Total	18,74%	74.176.531

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2015. Ressaltamos que durante o ano de 2016, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação e Regulamento vigentes, as Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Contribuição Definida com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem PL)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	8,53%	33.757.746
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,10%	395.903
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,10%	395.903
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Administrativo	0,74%	2.932.580
Contribuição Total	9,37%	37.086.229

Esclarecemos que os prazos adotados para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) correspondem a 26 anos, para déficit correspondente aos benefícios concedidos, e 19 anos referente ao déficit correspondente aos benefícios a conceder e são os prazos remanescente daqueles que vinham sendo adotados nas avaliações anteriores (27 anos e 20 anos, respectivamente, contados a partir de 31/12/2014).

A Contribuição Complementar de 7,99% do valor da Contribuição Básica do Participante será descontada da contribuição da Patrocinadora, representando 0,74% da folha de salário de contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das Despesas Administrativas do Plano.

Participantes Ativos

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de contribuição (sem PL)	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Contribuição Normal	9,27%	36.690.326
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,10%	395.903
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,10%	395.903
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Contribuição Total	9,37%	37.086.229

Esclarecemos que o prazo adotado para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) corresponde a 19 anos e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores (20 anos contados a partir de 31/12/2014).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas sobre o último salário de contribuição do mês anterior à data do término do vínculo empregatício.

Participantes Assistidos (Renda Vitalícia)

Descrição	Contribuição em % da folha de benefícios	Contribuição em R\$ de 31/12/2015
Extraordinária - Amortização do Déficit	0,23%	4.073
Déficit Equacionado antes de 31/12/2015	0,23%	4.073
Déficit Equacionado - 31/12/2015	0,00%	-
Contribuição Total	0,23%	4.073

Esclarecemos que o prazo adotado para amortização da subconta Déficit Equacionado (anterior a 31/12/2015) corresponde a 26 anos e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores (27 anos contados a partir de 31/12/2014).

Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/04/2016.

6 - Conclusão

Em que pese o plano apresentar resultado deficitário em 2015, o equacionamento deste déficit não é obrigatório, dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29/09/2008. O plano de equacionamento definido no encerramento do exercício de 2014 será mantido.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
MIBA nº 920

Narjara Jacqueline Boldorini
MIBA nº 1.917

Aos Membros dos Órgãos de Gestão Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social Rio de Janeiro - RJ

Para a obtenção dos resultados que compuseram a Avaliação Atuarial de 2015 do Plames – Plano de Assistência à Saúde, tomamos por base a Metodologia Atuarial constante na Nota Técnica registrada junto aos órgãos governamentais competentes e informações fornecidas pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social no que concerne a dados cadastrais e movimentações de utilizações do Plames, as quais foram analisadas pela sua consistência, sendo consideradas suficientes e completas.

Os Planos serão custeados por contribuições mensais de seus respectivos beneficiários, na modalidade de pré-pagamento, conforme os valores apresentados no Plano Anual de Custeio que apresenta a necessidade de um reajuste médio de 17,35% (dezessete inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) sobre as mensalidades adotadas em 2015 (sem a utilização do FESP – Fundo Especial do Plames no custeio), aplicado de maneira não linear de modo a reduzir a defasagem entre custo e custeio dos Planos Básico e Especial tanto para Assistidos como para Agregados. Considerando um prazo de 9 (nove) anos de duração estimada do FESP, uma transferência de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) do FAS – Fundo de Assistência à Saúde) para o FESP e um percentual único de reajuste para os Planos de Assistidos, o reajuste médio passa a ser de 14,17% (catorze inteiros e dezessete centésimos por cento). Esses valores deverão ser reavaliados atuarialmente com uma periodicidade não superior a 12 (doze) meses, ou sempre que fatores externos assim o determinem.

Em reunião de 18/01/2016, o Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza optou por aumentar o prazo estimado de duração do FESP para 111 (cento e onze) meses, transferir R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) do Fundo de Assistência à Saúde - FAS para o FESP, além de considerar reajustes lineares diferenciados por plano subsidiada por ata de reunião na ANS. Estas alterações resultaram na necessidade de um reajuste de 9,68% (nove inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) para os Planos Executivo de Ativos, Assistidos e Agregados e Executivo Plus de Ativos, Assistidos e Agregados, 30% (trinta por cento) para o Plano Básico Assistido, 13,64% (treze inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) para o Plano Básico Agregado, 15,32% (quinze inteiros e trinta e dois centésimos por cento) para o Plano Especial Assistido e 19,33% (dezenove inteiros e trinta e três centésimos por cento) para o Plano Especial Agregado, percentuais estes aplicados sobre as mensalidades adotadas em 2015 e que resultaram no percentual médio de reajuste 13,70% (treze inteiros e setenta centésimos por cento).

Mesmo considerando a aplicação diferenciada de percentuais de reajuste, os Planos Básico e Especial de Assistidos continuarão apresentando uma significativa defasagem entre custo e custeio (mensalidades), podendo afetar o equilíbrio de custeio do Plames como um todo, exigindo medidas corretivas, dentre elas, reajustes superiores ao aumento de custos que vierem a ser verificados nestes Planos. Também se faz necessário reduzir a defasagem entre custo e mensalidades dos planos de Assistidos e manutenção dos valores dos Fundos em função do retorno dos beneficiários do PREQ para os planos de Assistidos, com início previsto para 2018. Especificamente para o Plano Básico Assistidos, sugerimos o fechamento deste produto para novas adesões com a criação de produto semelhante com custeio equilibrado ou a preservação dos recursos financeiros do FESP para o custeio parcial deste produto ao longo do tempo.

Em consonância com o regulamento do Plames, o Plano Anual de Custeio, vigente para o período de abril/2016 a março/2017, contempla as contribuições mensais dos beneficiários para a cobertura dos custos de Assistência à Saúde e para o Fundo de Grandes Riscos, classificadas por faixa etária, categoria e modalidade de plano. A receita média mensal esperada, oriunda da aplicação do Plano de Custeio proposto, será

de R\$ 15.275.907,75 (quinze milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e sete reais e setenta e cinco centavos).

Para o custeio da parcela em pré-pagamento do Plames, estimamos que será necessária uma receita média mensal de R\$ 15.765.645,40 (quinze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos). Portanto, estimamos um desembolso médio mensal de custeio, a ser suportado pelo FESP, de R\$ 489.737,65 (quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos) para equilibrar o custeio dos Planos. De acordo com as hipóteses de longo prazo formuladas, estimamos que o saldo do FESP acrescido de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões) a ser transferido do FAS, será suficiente para custear parcialmente o Plames por 9 (nove) anos e 3 (três) meses.

Identificamos que a defasagem entre receitas e despesas do Plano de Custeio proposto para abril/2016 a março/2017 é de 3,11% (três inteiros e onze centésimos por cento), o que poderá ensejar reajustes futuros específicos para a recomposição do FESP, a ser adicionado aos percentuais de reajuste de sinistralidade de cada um dos Planos. Em função da resposta da Fundação ao Relatório de Fiscalização – SPC nº. 006/2007/ESRJ, sugerimos que o horizonte temporal de duração mínima do FESP de 4 (quatro) anos seja mantido a cada reavaliação atuarial do Plano. A sistemática de coparticipação nos serviços utilizados, a regra de reajuste das mensalidades em função da sinistralidade e do incremento dos custos assistenciais e operacionais também deverão ser mantidas.

Os Recursos Próprios Mínimos, suficientes para o cumprimento das regras de Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência estabelecidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme Resolução Normativa – RN nº. 209/2009 e alterações posteriores, corresponde em dezembro/2015, ao valor total de R\$ 46.966.563,44 (quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos). O Patrimônio Líquido / Social da Fundação deverá, a qualquer tempo, apresentar um valor igual ou superior ao resultado obtido pelas regras constantes na legislação supracitada. Considerando que em dezembro/2015, o valor contabilizado no Fundo de Assistência Médica perfazia o total de R\$25.568.021,99 (vinte e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, vinte e um reais e noventa e nove centavos) e que os saldos contabilizados no Fundo de Grandes Riscos e na Reserva de Contingência perfaziam, respectivamente, R\$18.828.261,60 (dezoito milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) e R\$ 32.698.697,64 (trinta e dois milhões, seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), totalizando R\$ 77.094.981,23 (setenta e sete milhões, noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos), entendemos que esta regra de patrimônio mínimo estabelecida pela ANS está plenamente satisfeita. Eventuais diferenças, se verificadas em função da atualização mensal destes valores, deverão ser ajustadas no Fundo de Assistência Médica.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora, foi contabilizada, com base em dezembro/2015, em R\$ 14.641.365,20 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos) atendendo integralmente o disposto na Resolução Normativa – RN nº. 209/2009. A Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar - PESL, foi contabilizada em R\$ 4.412.605,68 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e cinco reais e sessenta e oito centavos), com base em dezembro/2015. Conforme critérios estabelecidos na Resolução Normativa supracitada, a Operadora deverá constituir a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e a Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar, integral e mensalmente, atualizando o valor calculado da referida provisão de acordo com as regras vigentes. A contabilização destas provisões deverá obedecer às Instruções Normativas específicas da DIOPE/ANS. Para a vinculação dos Ativos Garantidores das Reservas

Técnicas, a Fundação Real Grandeza deverá observar as regras contidas na Resolução Normativa – RN nº 159/2007 e alterações posteriores emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Fundo de Grandes Riscos, destinado a cobrir os valores dos eventos que se situarem entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será custeado por contribuições mensais dos beneficiários, proporcionais à respectiva contribuição ao Fundo Assistencial. A contribuição mensal média per capita calculada para esse fundo é de R\$ 6,32 (seis reais e trinta e dois centavos), valor este que deverá ser reavaliado anualmente em função do nível de sinistralidade que vier a ser verificado.

Em função do parágrafo único do Art. 15 da Lei nº 9.656/98 e do Art. 15 da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) que proíbem a variação das contraprestações pecuniárias para consumidores com 60 (sessenta) anos ou mais de idade, se já participaram do mesmo plano, ou sucessor, há mais de 10 (anos); do Art. 2º da Resolução Normativa RN nº 63 determina a adoção de 10 faixas etárias; dos incisos I e II do Art. 3º da mesma resolução determinam que o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária e que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixa etária não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixa, efetuamos ajustes nos valores das mensalidades com o objetivo de redistribuir os custos entre as faixas etárias para adequação à legislação supra citada.

Os Patrocinadores disponibilizarão sua estrutura administrativa, técnica e rede credenciada ou referenciada, assumindo, dessa forma, o custeio das despesas com administração do plano.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 08, de 30/12/2002 e a Resolução Normativa RN nº 63, de 22/12/2003, que alterou a Resolução RDC nº 28, e a fim de que o resultado final reflita, com exatidão, no preço do produto calculado atuarialmente, foi efetuado ajuste nos valores totais das despesas assistenciais, os quais foram incorporados, para fins de demonstração, na coluna “S” do anexo II-B NTRP, conforme Instrução Normativa supracitada.

Por fim, salientamos que os resultados desta Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações nas bases técnicas, premissas e hipóteses utilizadas para os cálculos e que, modificações futuras destes fatores, bem como majorações nos custos ou aumento da utilização dos serviços médicos, hospitalares, medicamentos e materiais cobertos pelos Planos, alteração no Rol de Procedimentos da ANS e adesões e exclusões de Beneficiários, poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais apresentados.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2016.

ACTUARIAL – Assessoria e Consultoria Atuarial

Luiz Fernando Vendramini
Atuário - Miba 1307

6.1 – Planos de Benefícios Previdenciários

À
DD. DIRETORIA DA
REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RIO DE JANEIRO – RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, dos pareceres do atuário responsável pelos cálculos das provisões matemáticas e divulgações

apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 1º de maio de 2015, a Real Grandeza por meio do sistema de autogestão passou a administrar o Plano de Assistência Indireta a Saúde de Furnas, destinado aos empregados da patrocinadora Furnas, sendo por ela custeado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.5, os tribunais Regionais Federais, na sua maioria, tem proferido jurisprudência contrária à tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015 estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$ 24.816 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 17, de que para o plano BD, deverá ser elaborado e aprovado até o final do exercício de 2016 o plano de equacionamento de déficit da parcela acima do limite legal definido pelo artigo nº 28, da Resolução CGPC nº 26/2008, alterado pela Resolução CNPC nº 22/2015; e de que não haverá



necessidade de equacionamento do déficit do exercício do plano CD, uma vez que o mesmo é inferior ao limite estabelecido nas referidas Resoluções, no entanto será mantido o plano de equacionamento de déficit vigente desde abril de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de março de 2015, sem ressalva e com ênfases quanto a débitos fiscais, equacionamento do déficit acumulado referente ao Plano de Contribuição Definida – CD, e de que a Fundação Real Grandeza optou em promover os estudos técnicos em 2015, pertinentes a convergência das taxas de juros aplicadas aos planos BD e CD.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2016.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S RJ
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

6.2 – Plano de Assistência à Saúde

À

**DD. DIRETORIA DA
REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
RIO DE JANEIRO – RJ**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação



das demonstrações contábeis do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA-FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Parágrafos de ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 1º de maio de 2015, a Real Grandeza por meio do sistema de autogestão passou a administrar o Plano de Assistência Indireta a Saúde de Furnas, destinado aos empregados da patrocinadora Furnas, sendo por ela custeado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, os tribunais Regionais Federais, na sua maioria, tem promulgado jurisprudência contrária à tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015 estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$ 15.971 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, de que a Real Grandeza assumirá, a partir de 1º de janeiro de 2016, a gestão integral do plano de saúde da Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear. Na transferência da gestão da saúde serão mantidas as coberturas e benefícios já oferecidos pela Eletronuclear, não havendo qualquer mudança na cobertura do plano de saúde. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de março de 2015, sem ressalva e com ênfases quanto a débitos fiscais; e de que, em 2015, a Real Grandeza assume a gestão do “Plano de Assistência Indireta à Saúde” oferecido por Furnas Centrais Elétricas S.A., e além disso está previsto a “Assunção” do Plano de Saúde da Eletrobrás Termonuclear S.A.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2016.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S RJ
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S RJ
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

7.1 – Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, tendo procedido à verificação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, das Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário Externo, conclui que as referidas demonstrações apresentam, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA, e recomenda sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, considerando as ênfases do Parecer do Auditor Independente, anexo, e os destaques, a seguir, deste Conselho:

- Em relação aos Planos Previdenciários:

Com relação ao déficit do Plano BD, ressalvamos que este decorreu em função do não cumprimento da meta de rentabilidade do Plano, e em face das alterações dos critérios adotados na Avaliação Atuarial de 2015. Diante de tais fatos, este Colegiado solicitou uma Auditoria Atuarial Independente para avaliar os critérios adotados na referida Avaliação.

Com relação ao Plano CD, enfatizamos a necessidade de revisão do Regulamento do referido Plano, a fim de adequar a Meta Atuarial e o  ndice de reajuste dos benefícios aos índices praticados no mercado financeiro. Ainda em relação ao Plano CD, recomendamos a revisão estrutural da parcela referente ao benefício definido, a fim de evitar o risco constante de déficits no Plano.

- Em relação ao Plano Assistencial:

Enfatizamos que, na demonstração de resultado, houve um crescimento nas despesas administrativas de 75,55%, em relação a 2014. Conforme relatório "Resultado Ano – Exercício 2015", disponibilizado,

ao Conselho Fiscal, pela Gerência de Benefícios de Saúde - GBS, ficou evidenciada a ocorrência de um déficit administrativo de, aproximadamente, R\$2.480.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil reais), por ocasião da unificação da gestão do Plano de Saúde na REAL GRANDEZA.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

Adilson dos Santos Carreira
Miguel Nunes do Nascimento Filho
Carlos Roberto Ramos Borba
Fernando Sergio Lopes Rosa

7.2 - Parecer do Conselho Fiscal - Ratificação

O Conselho Fiscal da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, analisou as modificações solicitadas pelo Conselho Deliberativo nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ratificando a recomendação contida no seu parecer, emitido em 30.03.2016, anexo.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2016

Admilson Cesar Garcia Lemos
Antonio Batista Mendonça
Carlos Roberto Ramos Borba
Fernando Sergio Lopes Rosa



7.3 – Manifestação do Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO – RC Nº 003/357

O Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, na 357ª reunião ordinária, realizada em 27.06.2016, resolveu a partir da PRC nº 011.2016, ajustada:

Aprovar as Demonstrações Contábeis dos Planos Previdenciários BD e CD e do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, devidamente submetidas aos exames da Auditoria Externa UHY Moreira Auditores.

Presidente do Conselho Deliberativo

Marcus Vinicius Vaz

8.1 – Pagamento de Contribuições pelas Patrocinadoras

Em 2015, começou a ser implantado o plano de equacionamento de déficit do Plano CD. Até 31 de dezembro, ainda não havia sido iniciado o pagamento de contribuições extraordinárias por parte dos participantes ativos desse plano oriundos de Furnas, bem como por parte desta mesma empresa como patrocinadora, em função de procedimentos administrativos ainda não concluídos. Em relação aos demais valores de contribuições para os planos de benefícios (incluindo o Plano BD), as Patrocinadoras realizaram os pagamentos previstos para o exercício.

8.2 – Dívidas das Patrocinadoras

Em 13/10/2003, as Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram Termos de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas com o objetivo de eliminar déficit, remanescente à época, relativo ao exercício do ano 2000 no Plano BD da REAL GRANDEZA, registrado como Provisões Matemáticas a Constituir. O montante total a ser pago pelas Patrocinadoras ao Plano foi definido em R\$ 273.123 mil a valores de novembro de 2001. O pagamento das 144 prestações mensais, considerando atualização pela variação do INPC + 6,0% a.a., se iniciou em janeiro de 2004 e foi praticamente encerrado em dezembro de 2015, restando apenas um valor residual, referente a uma das dívidas, que foi pago em janeiro de 2016.

Em 01/10/2012, em função de determinação feita pela então Secretaria de Previdência Complementar em 2007, a Patrocinadora Furnas assinou contrato de dívida com a REAL GRANDEZA com o objetivo de substituir contribuições eternas de 2,85% e de 2,24% incidentes sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes do Plano BD que são seus empregados. Através desse contrato, Furnas se comprometeu a pagar ao Plano o montante de R\$ 61.458 mil a valores de dezembro de 2010, em 86 parcelas mensais considerando atualização pela variação do IGP-DI + 6,0% a.a.. Em 07/02/2013, pelo mesmo motivo, a Patrocinadora Eletronuclear assinou contrato semelhante, comprometendo-se a pagar, nas mesmas condições, R\$ 18.471 mil a valores de dezembro de 2010. Em 2014, conforme determinação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) junto às Patrocinadoras, os contratos foram repactuados com o objetivo de adotar valores de dívida recalculados para a data de referência de 31 de dezembro de 2013, que passaram a ser R\$ 44.535 mil (Furnas) e R\$ 16.104 mil (Eletronuclear). Nas repactuações, foram alterados



também a taxa de juros dos contratos (mudando a atualização dos valores para a variação do IGP-DI + 5,5% a.a.) e o número de parcelas para pagamento das dívidas (que passaram a ser 109 mensais).

As tabelas a seguir apresentam os saldos das dívidas existentes em 31/12/2015 e em 31/12/2014.

DÍVIDAS DAS PATROCINADORAS COM O PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Valores em R\$ mil

FURNAS

	2015	2014
Contribuição contratada em 13/10/2003		
Saldo inicial	70.495	128.821
Parcelas pagas no exercício	(77.039)	(70.703)
Atualização	6.544	12.377
Saldo Final	0	70.495

Contribuição Contratada em 01/10/2012

Saldo inicial	67.209	47.194
Ajuste da Repactuação	-	21.293
Parcelas pagas no exercício	(10.718)	(9.045)
Atualização	10.797	7.767
Saldo Final	67.288	67.209

ELETRONUCLEAR

	2015	2014
Contribuição contratada em 13/10/2003		
Saldo inicial	9.615	17.568
Parcelas pagas no exercício	(10.497)	(9.641)
Atualização	892	1.688
Saldo Final	10	9.615

Contribuição Contratada em 07/02/2013

Saldo inicial	24.760	14.184
Ajuste da Repactuação	-	7.909
Parcelas pagas no exercício	(3.360)	-
Atualização	4.053	2.667
Saldo Final	25.453	24.760

Até 31/12/2015, todas as obrigações previstas nos contratos de dívida em vigor tinham sido cumpridas.



8.3 – Variações patrimoniais decorrentes de eventos extraordinários

Não houve, em 2015, variações de patrimônio decorrentes de reavaliação e de participações avaliadas por valor econômico ou decorrentes de mudança de categoria de títulos e valores mobiliários, que tenham impactado a rentabilidade e que somadas, ao longo do ano, tenham superado 5% (cinco por cento) do saldo de Investimentos no ano anterior.

8.4 – Alterações de Estatuto

Não houve alteração do Estatuto Social da REAL GRANDEZA em 2015.

Cabe informar que, em 01/07/2013 e em 26/08/2013, o Conselho Deliberativo aprovou proposta contemplando diversas alterações do Estatuto Social da entidade. Em 31/12/2015, a proposta ainda se encontrava em análise nas Patrocinadoras.

8.5 – Alterações de regulamento de plano de benefício

Em 12/05/2015, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria Previc nº 253, entrou em vigor o novo Regulamento do Plano BD, contemplando alterações feitas com o objetivo de cumprir determinações constantes do Relatório de Fiscalização 006/2007/ESRJ/PREVIC, em especial aquelas relativas à adequação do custeio ao efetivo custo do Plano. Com as alterações, os percentuais de contribuição deixaram de fazer parte do Regulamento, o que permitirá maior agilidade em eventuais alterações futuras de custeio, já que as novas alíquotas passam a ser definidas nas avaliações atuariais anuais, dispensando alterações no Regulamento.

Quanto ao Regulamento do Plano CD, o Conselho Deliberativo aprovou, em 09/11/2015, diversas alterações em seus dispositivos, conforme destacado no capítulo “Benefícios Previdenciários” deste Relatório Anual. O novo Regulamento entrará em vigor após a aprovação das Patrocinadoras e dos órgãos governamentais devidos.



Fundação de Previdência e Assistência Social

Rua Mena Barreto, 143 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ CEP: 22271-100
www.frg.com.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Luciano Frucht (Gerente)

Valéria Paim

Daniela Valle

Eduardo Freire

RELATÓRIO ANUAL 2015

Produção Link Comunicação Integrada Ltda.

Desenho João Carlos Guedes

Imagens iStock

RS REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social